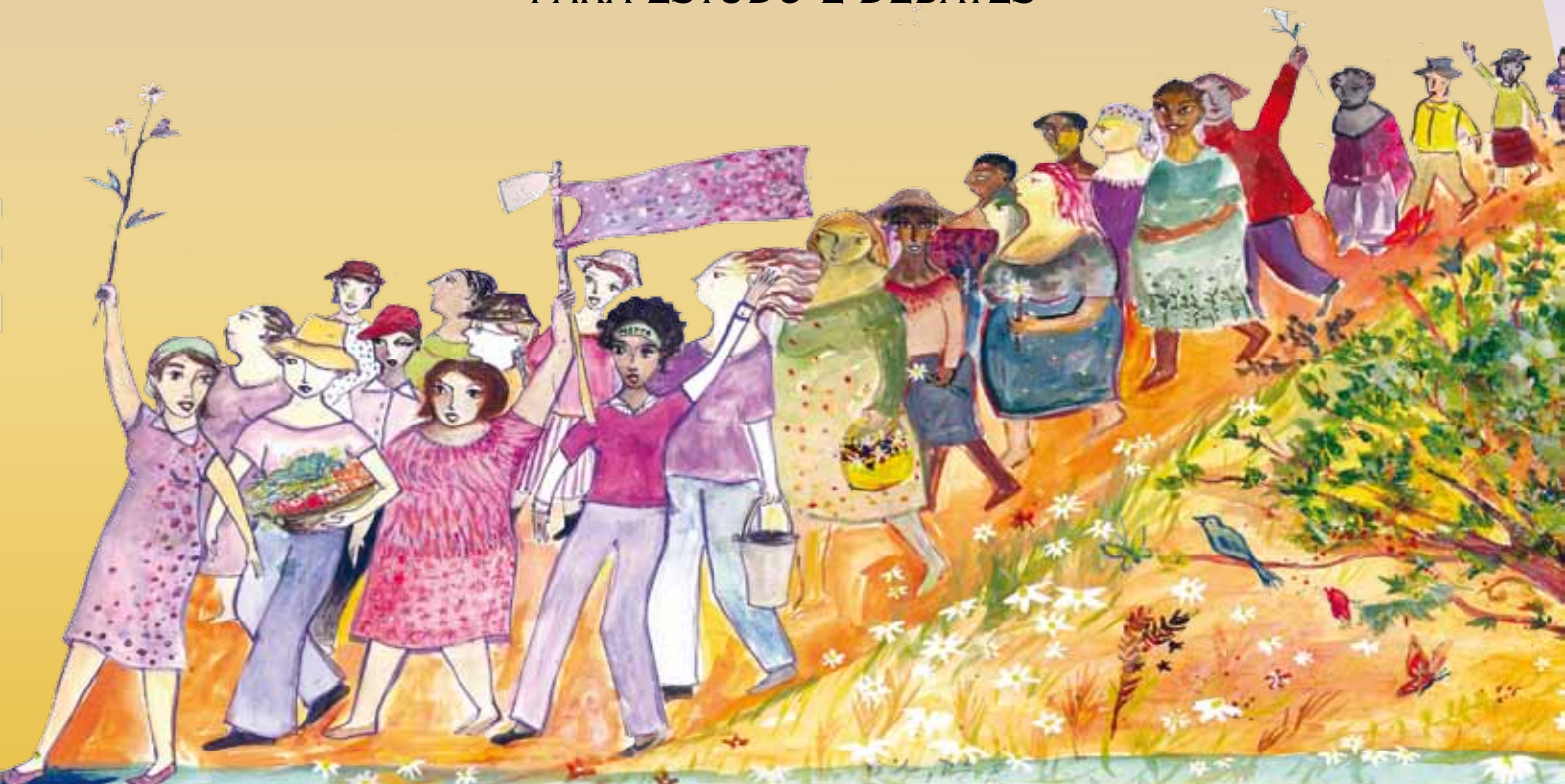


Marcha das Margaridas 2011

Margaridas na Luta por:
Desenvolvimento sustentável com
justiça, autonomia, igualdade e liberdade

CADERNO DE TEXTOS
PARA ESTUDO E DEBATES



**DIRETORIA EXECUTIVA DA CONTAG
GESTÃO 2010 A 2014**

Presidente

Alberto Ercílio Broch

Vice-presidenta e Secretária de Relações Internacionais

Alessandra da Costa Lunas

Secretário Geral

David Wylkerson Rodrigues de Souza

Secretário de Finanças e Administração

Aristides Veras dos Santos

Secretário de Formação e Organização Sindical

Juraci Moreira Souto

Secretário de Assalariados e Assalariadas Rurais

Antônio Lucas Filho

Secretário de Política Agrária

Willian Clementino da Silva Matias

Secretário de Política Agrícola

Antoninho Rovaris

Secretário de Políticas Sociais

José Wilson Gonçalves

Secretária de Meio Ambiente

Rosicléia dos Santos

Secretário de Terceira Idade

Natalino Cassaro

Secretária de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Maria Elenice Anastácio

Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Carmen Helena Ferreira Foro

SIGLAS UTILIZADAS

ADI - Ação Direita de Inconstitucionalidade

AIDS – a sigla corresponde a uma expressão em inglês, que em português quer dizer: Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Acquired Immune Deficiency Syndrome)

ASA – Articulação do Semi-árido

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CIT – Comissão Intergestores Tripartite

CNDM – **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher**

CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

DIU – Dispositivo Intra Uterino

DST – Doenças sexualmente transmissíveis

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FETAG – Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura

HIV - a sigla corresponde a uma expressão em inglês, que em português quer dizer: Vírus da Imunodeficiência Humana (Human immunodeficiency vírus)

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MSTTR – Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

ODMs - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PADRSS – Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

PAISM – Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher

PANAISM - Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher

PNAD – Pesquisa Nacional de Análise de Domicílio

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPA – Plano Plurianual

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar ????

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SIPS - Sistema de Indicadores de Percepção Social

STTR – Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUS – Sistema Único de Saúde

UI – União Interparlamentar

SUMÁRIO

Apresentação	5
Introdução	7
Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade	9
Biodiversidade e Democratização dos Recursos Ambientais	14
Terra, Água e Agroecologia	18
Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	25
Autonomia Econômica, Trabalho e Renda	29
Educação Não Sexista, Sexualidade e Violência	35
Saúde e Direitos Reprodutivos	42
Democracia, Poder e Participação Política	47

APRESENTAÇÃO

Com grande satisfação apresento este caderno a vocês companheiras, mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, mulheres trabalhadoras das cidades que compartilham conosco os ideais de justiça, autonomia, igualdade e liberdade e a vocês parceiras, militantes feministas que vêm construindo conosco esta trajetória de aprendizado, de lutas e conquistas.

Estamos em pleno processo de construção da Marcha das Margaridas 2011 e podemos sentir e perceber a cada momento, em cada atividade de preparação nos estados e regiões, nos debates da coordenação ampliada, o quanto crescemos politicamente nestes anos. É verdade que vamos realizar a 4ª Marcha, e completamos neste ano 10 anos de marcha das margaridas. Percorrendo nossos documentos, o que acumulamos nestes anos, nossas conquistas, novos e antigos desafios, podemos constatar que, de fato, fazemos história neste país.

Rompemos com a invisibilidade que nos foi imposta durante tantos anos de nossas vidas e às gerações que nos antecederam, para fazermos presentes nos espaços políticos, dizer a que viemos, o que queremos e incidirmos nos rumos econômicos, sociais e ambientais do nosso país, com igualdade para as mulheres.

O processo de construção da Marcha das Margaridas 2011 teve início com um amplo debate realizado durante o Seminário Nacional da Marcha das Margaridas, em novembro de 2010, que contou com a participação de companheiras de todo o país, do conjunto de organizações parceiras e entidades colaboradoras. Após o seminário realizamos várias reuniões nas quais definimos nosso lema, a plataforma política da Marcha das Margaridas 2011 e desenhamos este caderno.

Nosso lema - Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade - articula nossa plataforma política que integra os seguintes eixos temáticos: 1 - Biodiversidade e democratização dos recursos ambientais; 2 - Terra, Água e Agroecologia; 3 - Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; 4 - Autonomia Econômica, Trabalho e Renda; 5 - Educação Não Sexista, Sexualidade e Violência; 6 - Saúde e Direitos Reprodutivos; 7 - Democracia, Poder e Participação Política.

Este caderno trata do lema da Marcha 2011 e de cada eixo temático, de forma articulada, com o objetivo principal de orientar e subsidiar os estudos e debates, em todas as atividades preparatórias à Marcha 2011 e, principalmente, para servir de base para a construção das pautas de reivindicação a serem apresentadas e negociadas com o Estado brasileiro.

Elaborado pela Contag, com a contribuição de várias pessoas que integram organizações parceiras e entidades colaboradoras da Marcha das Margaridas, apresenta um

conjunto de questões organizadas por eixo temático, para ser objeto de estudo e reflexão. Certamente, a partir deste processo, responsável pelo caráter formativo e propositivo da Marcha, avançaremos no exercício crítico sobre a nossa realidade, nossos problemas e o que nos desafia. Assim, reuniremos as condições necessárias para realizarmos as interlocuções com a sociedade e o Estado na perspectiva de darmos concretude ao nosso lema no cotidiano e na vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta.

O caderno está organizado de forma a apresentar, ao final de cada parte, um Glossário – relação de palavras ou expressões acompanhadas de seus significados - para auxiliarem na compreensão das idéias apresentadas nos textos. Por isso, recomendamos que os glossários sejam consultados. No caso de ficarem palavras por compreender, sugerimos que busquem o esclarecimento no debate sobre os temas do caderno.

Ao final apresentamos uma proposta de Planilha de Registro dos resultados das atividades de estudos e debates dos temas deste caderno, para servir de orientação às ações nos municípios, estados e em âmbito nacional.

Por fim, nossa expectativa é de que este caderno nos seja de grande utilidade, que possamos ampliar e qualificar nossos debates e a nossa intervenção política nos nossos sindicatos e movimentos, nos nossos municípios e federações e em âmbito nacional no processo de elaboração e negociação das nossas pautas.

Que façamos bons debates. Com meu abraço feminista e sindical

Carmen Helena Ferreira Foro
Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais

INTRODUÇÃO

A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR e de movimentos feministas e de mulheres.

Realizada a partir do ano 2000, tem revelado grande capacidade de mobilização e organização. Seu caráter formativo, de denúncia e pressão, mas também de proposição, diálogo e negociação política com o Estado, tornou-a amplamente reconhecida como a maior e mais efetiva ação das mulheres no Brasil.

Seus principais objetivos políticos são:

- Fortalecer e ampliar a organização, mobilização e formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais;
- Contribuir para a democratização das relações no MSTTR, com a superação das desigualdades de gênero;
- Atuar para que as mulheres do campo e da floresta sejam protagonistas de um novo processo de desenvolvimento rural voltado para a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente;
- Dar visibilidade e reconhecimento à contribuição econômica, política, social das mulheres no processo de desenvolvimento rural;
- Denunciar e protestar contra a fome, a pobreza e todas as formas de violência, exploração, discriminação e dominação e avançar na construção da igualdade para as mulheres;
- Propor e negociar políticas públicas para as mulheres do campo e da floresta;

A Marcha das Margaridas se consolidou na luta contra a fome, a pobreza e a violência sexista, com grandes mobilizações nacionais nos anos de 2000, 2003 e 2007.

Agora, em 2011 sua plataforma política com o lema “*Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade*”, parte da constatação de que a pobreza, a desigualdade, a opressão e violência predominam entre as trabalhadoras do campo e da floresta. E para reverter essa situação se faz necessário e urgente um conjunto de ações e medidas estruturantes que componham, articuladamente, um projeto de desenvolvimento que reconheça as mulheres como sujeitos políticos e em seu protagonismo econômico, político, social e cultural.

A Marcha das Margaridas é Coordenada pelo Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais composto pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura - Contag, por 27 Federações - Fetag's e mais de 4000 sindicatos, sua realização conta com ampla parceria.

São parceiras da Marcha das Margaridas:

- Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste – MMTRNE
- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB
- Conselho Nacional Agroextrativista – CNS
- Movimento Articulado das Mulheres da Amazônia - MAMA
- Marcha Mundial das Mulheres – MMM
- Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB
- União Brasileira de Mulheres - UBM
- Central Única dos Trabalhadores - CUT
- Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB
- Rede de Mulheres da América Latina e do Caribe - Rede Lac
- Confederação Internacional de Organizações de Produtores Familiares, Camponeses e Indígenas do Mercosul Ampliado – Coprofam

A Marcha das Margaridas 2011 está em processo de construção e revela um crescente amadurecimento político, de caráter feminista, ao abraçar os desafios que a conjuntura atual apresenta para todas as mulheres trabalhadoras do país. É necessário desafiar os padrões tradicionais que se reproduzem na sociedade brasileira, de modo a qualificar e ampliar a agenda das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta em toda a sua diversidade, cultural, étnica, racial e geracional.

Na arena política está, por um lado, a sociedade representada pela cultura tradicional com toda sua carga de discriminação e preconceito contra as mulheres, o que se agrava ao tratar-se das mulheres negras e mais pobres. Por outro, o Estado, que compreende os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que reproduzem cada qual, segundo suas atribuições, a exclusão e discriminação às mulheres.

Certamente podemos dizer que avançamos, mas não a ponto de rompermos com os padrões hegemônicos e conquistarmos uma nova cultura em nosso país, na qual as mulheres sejam reconhecidas e respeitadas e possam usufruir da autonomia, igualdade e liberdade. Uma sociedade sem violência, um Brasil justo e verdadeiramente democrático.

Nesse contexto as mulheres do campo e da floresta voltam às ruas com **2011 RAZÕES PARA MARCHAR POR DESENVOLVIMENTO COM JUSTIÇA, AUTONOMIA, IGUALDADE E LIBERDADE.**

MARCHA DAS MARGARIDAS: UM LEGADO E UMA HOMENAGEM

MARGARIDA MARIA ALVES

Dirigente sindical, Margarida Maria Alves (1943 -1983) é o grande símbolo da luta das mulheres por terra, trabalho, igualdade, justiça e dignidade. Rompeu com padrões tradicionais de gênero ao ocupar por 12 anos a presidência do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alagoa Grande, estado da Paraíba. À frente do sindicato fundou o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. A sua trajetória sindical foi marcada pela luta contra a exploração, pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, contra o analfabetismo e pela reforma agrária. Margarida Alves foi brutalmente assassinada pelos usineiros da Paraíba em 12 de agosto de 1983.

LEMA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM JUSTIÇA, AUTONOMIA, IGUALDADE E LIBERDADE

1. A Marcha das Margaridas 2011 constrói sua plataforma política sob o lema Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade, que contém uma concepção de desenvolvimento e integra um conjunto de significados, a partir da crítica feminista, fundada numa análise e compreensão sobre a vida das mulheres rurais, trabalhadoras do campo e da floresta.
2. Com este lema, as mulheres do campo e da floresta denunciam o capitalismo, que reproduz a lógica patriarcal, ao manter as trabalhadoras na invisibilidade, não reconhecer e desvalorizar a sua atuação na vida econômica e política do país, reproduzir as desigualdades e as práticas que oprimem e discriminam as mulheres.
3. A crítica feminista ao atual modelo de desenvolvimento fortalece o caráter de denúncia da Marcha das Margaridas, ao mesmo tempo em que apresenta as bases para o anúncio e proposição de um modelo alternativo que, para se concretizar, exige o compromisso da sociedade e do Estado.
4. Para abordar o lema da Marcha das Margaridas 2011, partimos do meio rural como o espaço onde vivem e trabalham as mulheres do campo e da floresta e de uma breve reflexão crítica sobre a concepção tradicional do que é o rural no Brasil. Tradicionalmente o meio rural é concebido como um espaço que se opõe ao espaço urbano. É comum associá-lo a carências e atrasos de ordem econômica, política e cultural. Em contraposição, o urbano tem sido difundido como o lugar das conquistas democráticas, da educação, da organização política e social, da evolução e das oportunidades de trabalho e de acesso a bens e serviços.
5. A realidade brasileira, entretanto, é muito mais complexa quando se trata da relação entre urbano e rural, de modo que se faz necessário superar a visão que os coloca em oposição e proceder a uma reflexão mais ampliada sobre o território brasileiro. Segundo o IBGE – PNAD/2009, o Brasil tem uma população total de 191.796.000, sendo a população rural equivalente a 30.755.000 o que corresponde a 16% de toda a população. É verdade que a população rural vem diminuindo a cada censo demográfico. Entretanto é preciso considerar um conjunto de aspectos antes de concluir acerca da predominância do urbano sobre o rural.
6. A Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009, realizada pelo IBGE, revela que 70,5% dos municípios brasileiros têm uma população inferior a 20 mil habitantes. Trata-se de pequenos municípios com características culturais, econômicas e sociais, que pouco se dissociam quanto ao que seria próprio ao meio urbano e próprio ao meio rural.
7. De fato, o rural não pode mais ser reduzido à agricultura e pecuária, mas deve ser considerado em sua característica pluriativa, como uma combinação diversificada, que engloba atividades não agrícolas, agro extrativistas, artesanais, de serviços, etc. Rural e urbano, dessa perspectiva, estão muito mais integrados e compõem uma realidade complexa que exige superar as tradicionais categorias de espaço e ocupação.
8. A visão distorcida e preconceituosa do meio rural é reproduzida pelo modelo de desenvolvimento que predomina no Brasil, que se sustenta na aliança do latifúndio com o agronegócio, na concentração da terra e da renda, na devastação das florestas e bens comuns, na privatização e controle pelo mercado da água, da biodiversidade, na exploração dos trabalhadores e trabalhadoras e na opressão e subordinação das mulheres.

9. Um dos grandes desafios políticos da MARCHA DAS MARGARIDAS 2011 é dar visibilidade ao rural em toda a sua diversidade e aos sujeitos políticos que protagonizam a sua dinâmica social, econômica, política e cultural, especialmente as trabalhadoras do campo e da floresta. A visibilidade que se quer dar deve resultar em políticas públicas que assegurem saúde, educação, saneamento, habitação, apoio à produção e comercialização. As trabalhadoras do campo e da floresta querem vencer a pobreza e conquistar desenvolvimento com justiça, autonomia, igualdade e liberdade.

10. As estatísticas oficiais revelam a expressividade das mulheres rurais na vida econômica, pois estas representam 47,9% da população rural e 31,79% da população economicamente ativa do país, segundo a PNAD 2009. Entretanto, é preciso considerar que o trabalho das mulheres do campo e da floresta permanece na invisibilidade, ainda que diversos estudos e pesquisas revelem que as mulheres participam na produção de 70% dos alimentos.

11. O trabalho doméstico e de cuidados, imposto à mulher como uma obrigação natural, se soma ao trabalho rural que envolve um conjunto diferenciado de atividades na lavoura, silvicultura, horticultura, criação de pequenos animais, beneficiamento de alimentos e outras. Já as trabalhadoras assalariadas, também subordinadas à divisão sexual do trabalho, são expostas a situações precárias e degradantes de trabalho e a baixos salários.

12. É preciso considerar um dado muito importante na configuração das mulheres do meio rural, trabalhadoras do campo e da floresta, que é a sua composição segundo a raça. Ao considerar que 5,11% das mulheres se declararam pretas e 55,03% pardas / PNAD 2009, pode se considerar que as mulheres negras predominam na área rural, perfazendo 60,14%. Considerando que a pobreza comprovadamente é maior no meio rural e entre as mulheres, o elemento raça, que carrega toda a carga de discriminação e preconceito, está diretamente associado à pobreza, e requer a visibilidade necessária para que resulte em políticas específicas, que possam garantir dignidade e cidadania integral a esse segmento significativo do meio rural brasileiro.

13. No que se refere ao perfil juvenil das mulheres do campo e da floresta, 25,41% da população rural é composta de mulheres entre 18 e 34 anos (PNAD/2009), o que demonstra a representatividade da participação das mulheres jovens nas dinâmicas sociais do meio rural. Cabe ressaltar, entretanto, que as jovens do campo e da floresta vivenciam experiências de desvalorização do seu trabalho, seja no espaço agrícola ou doméstico, de não reconhecimento da sua participação política e de limitado acesso às políticas públicas e aos direitos sociais.

14. Os dados da PNAD 2009, sobre a população jovem, rural e urbana, (de 18 a 34 anos), revelam que a porcentagem de mulheres jovens do campo (48,25%) é inferior ao de mulheres jovens das cidades (51,25%). Esta inversão é explicada, em grande medida, pela migração das jovens rurais para os perímetros urbanos, processo motivado, principalmente, por relações patriarcais reproduzidas pela família e comunidade, fundadas na desvalorização das mulheres e na invisibilidade da condição juvenil.

15. As jovens tendem a enxergar na cidade uma oportunidade de edificar suas trajetórias pessoais longe do julgo paterno. Entretanto, a vida nas cidades também reforça padrões discriminatórios e desigualdades, na medida em que inserem estas jovens em condições precárias de trabalho, moradia e acesso às políticas. Nesse sentido, promover desenvolvimento rural sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade, também passa por estimular a sucessão rural, que em outras palavras quer dizer, assegurar às jovens mulheres o direito de permanecer no meio rural, com igualdade de oportunidades, garantia de direitos e livres de discriminação.

16. A Marcha das Margaridas defende o desenvolvimento sustentável, centrado na vida humana e no respeito à diversidade racial, étnica, geracional e cultural e à autodeterminação dos povos, na agricultura familiar e na soberania alimentar, como estratégia para romper com a atual lógica que privilegia a concentração de terra e de riquezas e gera pobreza e desigualdades. A agenda política do MSTTR orientada pelo Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS traz esses elementos em sua base crítica e propositiva e destaca o protagonismo das mulheres trabalhadoras rurais.

17. Com o lema Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade, a Marcha das Margaridas 2011 quer dar visibilidade à realidade das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, conquistar recursos e políticas para vencer a pobreza e a desigualdade com respeito às tradições, culturas e saberes, a proteção à biodiversidade, ao patrimônio genético e aos bens comuns.

18. Justiça combina com autonomia econômica e pessoal ao fazer reconhecer e dar visibilidade à intensa jornada de trabalho das mulheres e articular as esferas da produção e reprodução. Somam-se à dupla jornada os trabalhos de militância nas comunidades, sindicatos e movimentos.

19. Não há justiça sem igualdade e liberdade para as mulheres, assim como não pode haver igualdade e liberdade sem que se faça justiça. É preciso vencer as desigualdades no mundo do trabalho, na vida familiar e na política. Isso implica reconhecer e vencer as diversas faces da desigualdade, que têm no preconceito e na discriminação instrumentos perversos, que atingem de modo diferenciado as mulheres negras e as mulheres jovens. Implica, ainda, na superação da divisão sexual do trabalho, na socialização do trabalho doméstico e de cuidados, e em políticas que apoiem as atividades econômicas e a organização produtiva das mulheres.

20. O desenvolvimento sustentável com justiça implica na garantia do direito a uma vida sem violência. Significa o rompimento do silêncio imposto às mulheres, da impunidade e a criação das condições necessárias para a democratização das informações e do acesso às medidas de proteção às mulheres vítimas de violência.

21. A garantia da igualdade e da liberdade requer a autonomia econômica e pessoal das mulheres, o que significa reconhecer que as mulheres são donas da própria vida, que seu corpo não pode ser apropriado, nem tampouco ser objeto de mercantilização. Liberdade implica em poder decidir sobre o corpo e a sexualidade e na extinção de todas as formas de preconceito e discriminação, como as práticas machistas e lesbofóbicas.

22. Finalmente, para que o desenvolvimento se faça de forma sustentável, com justiça, autonomia, igualdade e liberdade para as mulheres é preciso vencer as desigualdades econômicas e políticas e garantir a cidadania integral. Significa vencer a pobreza, maior entre as mulheres, e maior ainda entre as mulheres negras, bem como assegurar a liberdade, a participação política e o acesso aos bens materiais e simbólicos, como a diversidade identitária, a formação política, a desconstrução de padrões patriarcais e sexistas e o acesso a políticas públicas.

GLOSSÁRIO

Agricultura Familiar: Definida a partir da Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326 de 24 de julho de 2006) com as seguintes características: área do estabelecimento não excede a 4 módulos fiscais; a mão de obra utilizada nas atividades econômicas é predominantemente da família; a renda familiar resulta das atividades vinculadas ao próprio estabelecimento; o estabelecimento é dirigido pela família. Segundo o

Censo Agropecuário 2006, apesar da alta concentração da terra no país, a agricultura familiar em uma área reduzida, é responsável por cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa do povo brasileiro e emprega 77% do total de pessoas na Agricultura.

Agronegócio: A palavra agronegócio tem um sentido genérico, referindo-se a todas as atividades de comércio com produtos agrícolas. No Brasil, chamam de agronegócio fazendas que utilizam grandes extensões de terra e se dedicam à monocultura. Ou seja, se especializam num só produto, utilizam alta tecnologia, mecanização, irrigação, pouca mão-de-obra, baixos salários, uso intensivo de agrotóxicos e de sementes transgênicas e, em geral, produzem para a exportação.

Bens comuns: São bens específicos que devem ser compartilhados de modo a beneficiar todas e todos os membros de uma comunidade como requisito básico para uma vida digna: água, terra, comida, moradia, conhecimento e serviços públicos como educação, saúde, energia, etc.

Capitalismo: é o sistema econômico que se caracteriza pela propriedade privada dos meios de produção. Nesse sistema, a produção e a distribuição das riquezas são regidas pelo mercado, no qual, em tese, os preços são determinados pelo livre jogo da oferta e da procura. O proprietário de empresa compra a força de trabalho de dos trabalhadores e trabalhadoras para produzir bens que, após serem vendidos, lhe permitem recuperar o capital investido e obter um excedente denominado lucro. No capitalismo, as classes se relacionam pela posse ou carência de meios de produção e pela livre contratação do trabalho e/ou trabalhadores.

Cidadania integral: falar de cidadania integral é considerar que o cidadão de hoje deve ter acesso a seus direitos cívicos, sociais, econômicos e culturais em perfeita harmonia, e que todos eles formam um conjunto indivisível e articulado.

Desenvolvimento Sustentável: Centrado no ser humano, pressupõe uma articulação dinâmica entre crescimento econômico, respeito à biodiversidade, ao patrimônio genético, ao meio ambiente, às tradições, relações, culturas e saberes, organização e participação política dos povos do campo, da floresta e das águas. Indica um desenvolvimento capaz de se manter e de se reproduzir em longo prazo.

Divisão sexual do trabalho: Divisão diferenciada do trabalho remunerado e não remunerado entre homens e mulheres, tanto na vida pública como privada. Nesse sentido, a divisão do trabalho entre mulheres e homens é estabelecida de maneira desigual, o que faz recair sobre as mulheres, o acúmulo das tarefas reprodutivas (trabalho doméstico e de cuidados com a família), condição justificada, pela naturalização da função reprodutora da mulher.

Feminismo: Em seu significado mais amplo, o feminismo é um movimento político. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade, que promova a igualdade de oportunidades para as mulheres. O feminismo é uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres, que assume formas diversas conforme as classes e camadas sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturas. Diante dessa conceitual podemos perceber que feminismo não é o contrário de machismo, como muitas pessoas pensam ser.

Latifúndio: é um regime de propriedade agrária, caracterizado pela concentração de terras pertencentes a poucos proprietários com ou sem aproveitamento físico destas. Ou seja, os latifúndios são extensas propriedades rurais onde existe uma grande proporção de terras cultivadas ou não. A concentração de terras, em posse dos poucos grandes fazendeiros, é apontada como a principal causa das injustiças sociais, responsável pelo inchaço demográfico das grandes cidades e do aumento da violência no campo.

Machismo: Refere-se a um conjunto de idéias, normas, atitudes, valores, comportamentos que subestimam, e desvalorizam as mulheres, mantêm e reproduzem a submissão das mulheres em todos os níveis: sexual, procriativo, trabalhista e afetivo. A mulher pode compartilhar do machismo na medida em que não é consciente das estruturas de poder que regulam as relações entre os sexos e as reproduz e/ou contribui para que os homens continuem reproduzindo-as.

Padrões sexistas/sexismo: Conjunto de manifestações de comportamento discriminatório que favorece um sexo em detrimento do outro. Abrange todos os âmbitos da vida e das relações humanas. Desequilíbrio sexual do poder. Na sociedade patriarcal o sexismo se manifesta por meio da reprodução incessante dos estereótipos que inferiorizam a mulher vinculando-a a sua natureza biológica e valorizando os mitos da menopausa, da maternidade, da perfeita dona de casa, destituindo-as da condição de seres culturais, campo no qual as diferenças biológicas homem-mulher deixam de existir.

Patriarcal/Patriarcado/Patriarcalismo: Se fundamenta num modo de organização social que se baseia na autoridade paterna. No núcleo familiar se expressa pela predominância da autoridade do pai de família sobre os demais membros do grupo. Na sociedade, o patriarcado tem se reproduzido ao longo dos séculos. Embora não esteja escrito em nenhuma norma social, está inscrito na sociedade reproduzindo um arcabouço ideológico e político que amplia e cristaliza o poder de decisão e a autoridade dos homens e resulta em submissão e opressão às mulheres.

Soberania Alimentar: Refere-se ao direito e autonomia dos povos e nações de defenderem sua cultura alimentar e decidirem sobre as formas de produção, distribuição e consumo de alimentos. Significa também o respeito às culturas e à diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais as mulheres desempenham um papel fundamental.

Sucessão rural: Refere-se de modo geral à transmissão da herança e gerência da propriedade da terra para uma próxima geração. Mesmo compreendendo que estas dimensões (transmissão da herança e gerência da unidade familiar), são essenciais para entender as questões sucessórias, é preciso considerar que este conceito, também estabelece forte relação com as condições de vida e o modelo de desenvolvimento do meio rural, por influenciarem as oportunidades de permanência das novas gerações de trabalhadoras e trabalhadores do campo e da floresta, nestes territórios. Portanto, promover sucessão rural diz respeito a garantir melhores condições de vida no campo e na floresta, com terra, políticas públicas para trabalhadores e trabalhadoras rurais, e igualdade e autonomia para as mulheres.

Patrimônio genético: Refere-se à herança acumulada por gerações sucessivas relacionadas às sementes, plantas e às formas desenvolvidas para a sua conservação, manejo e reprodução.

EIXO I - BIODIVERSIDADE E DEMOCRATIZAÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS

23. A Marcha das Margaridas 2011 abre sua plataforma política com o tema Biodiversidade e Democratização dos Recursos Naturais, por entender que se trata da base fundamental para a vida, no campo e na floresta e de todos e todas que habitam, trabalham e vivem no meio rural e nas cidades. Este tema está intimamente relacionado aos temas Terra, Água e Agroecologia e Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional, que serão os próximos a serem tratados, e complementam esta abordagem sobre a biodiversidade.

24. A biodiversidade ou diversidade biológica refere-se aos genes, espécies e ecossistemas que constituem a base biológica da vida dos seres humanos. No planeta convivem milhões de seres que dependem um dos outros para sobreviverem. A convivência desses seres se dá em locais denominados por ecossistemas, e cada ecossistema constitui um conjunto integrado por todos os organismos vivos, incluindo o ser humano, e não vivos, que interagem e se auto-regulam, num equilíbrio essencial à vida. Esses locais, tanto podem pertencer aos sistemas naturais como àqueles modificados e organizados pelas pessoas. Diversos ecossistemas compõem o meio ambiente brasileiro, que detém 15% de toda a diversidade biológica do planeta.

25. O modelo de agricultura que se consolidou no Brasil tem origem e se fortaleceu na grande propriedade, na monocultura para exportação, na privatização dos recursos naturais e no descaso com o meio ambiente. Diante da vastidão das terras e da abundância dos recursos naturais a exploração se processou como se as fontes naturais fossem inesgotáveis. Foram empregadas tecnologias de cultivo da terra que não levaram em conta as características ecológicas do ambiente tropical e tampouco a preocupação em conservar a biodiversidade.

26. A utilização intensiva da mecanização, dos fertilizantes inorgânicos, dos agrotóxicos, dos equipamentos pesados de irrigação e de variedades híbridas de sementes provocou grandes danos ambientais. A estes se soma a degradação dos solos, o comprometimento dos recursos hídricos, o desmatamento e destruição das matas e florestas, a redução da variedade de espécies e a contaminação dos alimentos

27. A realidade demonstra que a cada ano são destruídas 10.000 espécies, dentre elas muitas espécies de alimentos, o que resulta na destruição da cultura alimentar de muitos povos. O modelo de desenvolvimento dominante no país, responsável pela expansão da monocultura, desmatamento, exploração indiscriminada dos recursos naturais, privatização dos bens comuns é destruidor da biodiversidade. Em contraposição a agricultura familiar e o extrativismo possuem e podem desenvolver e ampliar as condições para o manejo necessário à preservação da biodiversidade e do patrimônio genético, essenciais ao desenvolvimento sustentável.

28. As monoculturas de soja, cana de açúcar, dendê e eucalipto, estimuladas pela política de crédito agrícola, têm gerado impactos devastadores que não se limitam à destruição imediata e direta da biodiversidade. O desmatamento em grande escala e o agronegócio intensivo e mecanizado produzem muitos gases, responsáveis pelo efeito estufa, e também, pelas mudanças climáticas.

29. As monoculturas utilizam amplamente os agrotóxicos que envenenam tanto os trabalhadores e trabalhadoras que os manuseiam, como os seres que se alimentam dos produtos, a terra e a água que escoam da produção e contamina os mananciais. O Brasil é campeão na utilização de agrotóxicos, inclusive daqueles cujo consumo já foi proibido em outros países.

30. As sementes e produtos transgênicos também têm sido utilizados e desenvolvidos por empresas transnacionais e pelo agronegócio. Embora se afirme que há pouco conhecimento cientificamente comprovado sobre os seus reais impactos sobre o meio ambiente, são muitas as consequências sobre a biodiversidade e os riscos para a saúde humana relacionados a intoxicações, reações alérgicas aos alimentos e resistência a antibióticos.

31. O impacto dos transgênicos no meio ambiente envolve riscos de produção de superpragas, de morte dos insetos benéficos a agricultura, de redução de variedades e de poluição genética com consequências irreversíveis para a natureza. Somente é possível restabelecer o equilíbrio entre inseto-praga e seus predadores quando se interrompe o uso de agrotóxicos. O mesmo não acontece com os transgênicos, pois é impossível retirar da natureza os genes que foram introduzidos numa planta.

32. Do ponto de vista econômico, a liberação das sementes transgênicas significa que umas poucas multinacionais passam a monopolizar a produção das sementes, que o patrimônio genético é destruído e que trabalhadores e trabalhadoras tornam-se subordinados aos interesses dessas empresas.

33. Outra questão de grande impacto ambiental é emissão e concentração dos gases de efeito estufa que aumentaram de forma significativa devido à queima de petróleo, carvão mineral e gás natural. Também cresceram as queimadas de bosques e a decomposição de plantas nos grandes lagos das hidroelétricas. Isso vem ocasionando uma maior retenção de calor na terra e, em consequência, um aumento da temperatura do planeta. Essa elevação causa desertificação em algumas áreas, aumento de chuvas, inundações em outras e aumento do nível da água nos oceanos que também leva à inundação de cidades costeiras e ilhas.

34. Toda essa situação causa a perda de terra fértil para a agricultura familiar e camponesa, assim como migrações, destruição de infra-estruturas, como pontes e casas, e o aumento de mortes e enfermidades que se transmitem pela água contaminada. Há quem diga que as mudanças climáticas afetam a todos igualmente, devido a sua natureza global, mas na realidade, os que mais sofrem são as populações mais pobres, justamente aquelas que menos agredem o meio ambiente.

35. Neste cenário, as mulheres trabalhadoras do campo e da floresta vêm resistindo como podem, com práticas fundamentadas no saber acumulado sobre a diversidade genética e formas sustentáveis de produção. Elas conhecem os ecossistemas, métodos de conservação de alimentos e produção de plantas medicinais. Entretanto, a perspectiva do desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade, impõem um conjunto de desafios que dizem respeito à necessidade de fortalecer as alianças e parcerias com movimentos sociais comprometidos com a defesa da biodiversidade e democratização dos recursos ambientais, bem como de fortalecer e qualificar a interlocução com o Estado, na perspectiva da construção e implementação de políticas públicas que apoiem os projetos locais voltados para a produção sustentável e proteção à biodiversidade.

Desafios para a conservação da Biodiversidade e Democratização dos recursos naturais

- Aprofundamento do debate e reflexão sobre o acesso e consumo de energia;
- Mudança da matriz de alto insumo energético (fertilizantes, agrotóxicos) e de simplificação ecológica, para a matriz de baixo uso de insumo energético e de diversidade ecológica
- Resgate e diálogo com o saber e cultura, principalmente das mulheres do campo e da

floresta, sobre o manejo dos recursos naturais, preservação do patrimônio genético, e defesa dos territórios;

- Adoção de medidas reparatórias dos impactos ambientais causados pelos grandes projetos, como a contaminação dos recursos hídricos e do solo por agrotóxicos, o comprometimento da biodiversidade e a expulsão das populações rurais e ribeirinhas por hidrelétricas e barragens, pelo cultivo de eucalipto, soja e algodão, etc;
- Criação de programas de capacitação de mulheres trabalhadoras do campo e da floresta com vistas a qualificar a sua participação nos espaços institucionais de discussão sobre o meio ambiente;
- Criação e demarcação de reservas extrativistas, enquanto estratégia para garantir o acesso das mulheres a terra e aos recursos naturais, especialmente a matéria prima para os grupos produtivos artesanais e extrativistas;
- Aprovação da Lei Federal do Babaçu Livre, para assegurar o livre acesso das quebradeiras de coco babaçu e a proteção aos babaçuais;
- Divulgação dos riscos da produção transgênica e da utilização de agrotóxicos;
- Restrição e fiscalização no uso dos agrotóxicos;
- Ampliação da escolaridade e realização de cursos de formação sobre gestão ambiental e uso sustentável da biodiversidade.

GLOSSÁRIO

Agrotóxicos - Produtos químicos destinados a combater pragas, insetos, fungos, etc., cujo uso indiscriminado tem prejudicado o ser humano, animais, plantas e contaminado a terra, a água e os alimentos. Em geral tem alto grau de toxicidade com danos diferenciados à saúde.

Bioma - Um bioma é uma unidade ecológica superior ao Ecossistema, pois é composta de todos os vegetais, animais e comunidades, em condições ambientais que guardam características comuns.

Desertificação – Refere-se à redução dos processos vitais numa determinada área. O termo tem sido utilizado para se referir à expansão de áreas desérticas em países de clima quente e seco. Implica na redução das condições agrícolas do planeta. A cada ano milhares de hectares de terras produtivas são transformadas em zonas irre recuperáveis. Concorrem para esta situação as práticas de desmatamento, o uso de agrotóxicos, tecnologias inadequadas e as queimadas.

Efeito Estufa – fenômeno que tem ocorrido em todo o planeta, quando a emissão de gases, como o dióxido de carbono, entre outros, aprisionam o calor na atmosfera da terra, impedindo sua passagem de volta para a estratosfera. O resultado é o aumento da temperatura do planeta capaz de promover o degelo parcial das calotas polares, com a conseqüente elevação do nível dos mares e a inundação dos litorais.

Extrativismo – atividade baseada na extração de produtos nativos disponíveis em áreas diversas, como matas, florestas, babaçuais e outros.

Gene – unidade hereditária ou genética que compõem os seres vivos e são responsáveis por suas características.

Impacto ambiental – alterações no meio ambiente, que afetam as condições e qualidade dos recursos naturais e das condições sócio econômica, de saúde e bem estar das populações

Meio ambiente - Relaciona-se às condições físicas, biológicas, sociais e culturais onde vivem os seres humanos, os animais, vegetais, minerais e inclui a água, a terra, o clima e o ar e outros organismos.

Manejo - Diz respeito a um conjunto de ações destinadas ao uso de um ecossistema ou de um ou mais recursos ambientais, em certa área, com finalidade conservação e de proteção ambiental.

Monocultura: Sistema de exploração, geralmente em grandes extensões de terra, por meio do cultivo de um só produto, que induz ao empobrecimento do solo, devido a repetição do plantio da uma mesma espécie, com uso de insumos e produtos para incrementar a produtividade.

Recursos ambientais - a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas e os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo e os elementos da biosfera. Os elementos naturais de que dispõe o homem, para satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e culturais

Transgênicos – Refere-se a organismos geneticamente modificados por meio de técnicas altamente especializadas. São plantas criadas em laboratório com técnicas da engenharia genética que permitem “cortar e colar” genes de um organismo para outro, mudando a forma natural do organismo por meio da manipulação da sua estrutura natural com a finalidade de obter um resultado com determinadas características.

Território – corresponde a áreas geográficas, contínuas ou não, caracterizadas por raízes históricas comuns e outros elementos fortemente ligados à cultura e traços econômicos, sociais e políticos, que evocam sentimentos de pertencimento.

Unidades de Conservação – são áreas diferenciadas (parques, florestas, reservas biológicas, etc.) criadas com o objetivo de proteger os recursos naturais e assegurar qualidade de vida da população.

EIXO II - TERRA, ÁGUA E AGROECOLOGIA

36. A Marcha das Margaridas articula Terra, Água e Agroecologia em sua plataforma política, por entender que o acesso aos bens da natureza, especialmente a terra e a água, bem como o direito de decidir sobre o que produzir e como produzir, são fundamentais ao desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade

37. A garantia de continuidade da vida humana depende da democratização do acesso aos bens da natureza e de um vigoroso combate ao latifúndio, ao agronegócio e ao sistema capitalista que transforma a natureza e as pessoas em mercadoria, com vistas a obter o máximo de lucratividade.

Terra

38. A terra é fonte de vida e é um bem fundamental da humanidade. A sobrevivência dos povos e a garantia de seu sustento dependem do modo como se trata e se faz uso da terra. Como um bem finito, a terra precisa ser zelada e respeitada, para continuar sendo a provedora da vida.

39. No entanto, a lógica dominante de desenvolvimento nega este princípio e transforma a terra em mercadoria, monopolizada por poucos que não se importam em explorá-la indefinidamente. O modelo de desenvolvimento rural pautado na concentração da terra e dos recursos naturais, na monocultura, degradação ambiental e na exploração e exclusão da maioria da população, fere os direitos individuais e coletivos e compromete a permanência da vida na terra.

40. A pobreza e a exclusão no meio rural têm sua origem na concentração da propriedade da terra, que é resultado da opção histórica do Estado brasileiro de destinar fartos investimentos e instrumentos públicos para que poucos pudessem se apropriar de muita terra, em detrimento da garantia de direitos para a maioria da população. Esta lógica fez do Brasil um dos países com um dos maiores índices de concentração fundiária do mundo. Como denunciam os dados, os grandes produtores (empresas do agronegócio) detêm 76% da posse da maioria das terras e as utilizam de forma inadequada, negando o cumprimento da função socioambiental da terra. Apenas 24% das terras pertencem à agricultura familiar e camponesa (Censo agropecuário 2006).

41. A concentração fundiária vem se agravando nos últimos tempos no Brasil em razão, principalmente, da crescente demanda mundial por alimentos, agroenergia e matérias primas. Tal situação vem produzindo uma corrida na busca por terras agricultáveis por grupos estrangeiros e governos de vários países ricos, que pretendem constituir reservas para suprir suas necessidades futuras. Este fato vem sendo confirmado por vários estudos, como o realizado recentemente pelo Banco Mundial, que revelou que a demanda mundial por terras, especialmente a partir de 2008, tem sido enorme, tornando a disputa territorial um fenômeno global. O referido estudo demonstrou, ainda, que a transferência de terras agricultáveis (ou terras cultivadas) que era da ordem de quatro milhões de hectares por ano antes de 2008, saltou para mais de 45 milhões de hectares comercializados, só entre os meses de outubro de 2008 e agosto de 2009, sendo que 75% destes na África e outros 3,6 milhões de hectares no Brasil e Argentina.

42. Apesar de deter pouca terra, menos de um terço do total, a agricultura familiar e camponesa é a principal fornecedora dos alimentos básicos e proteína animal para a população brasileira. Trocando em miúdos, 70% do que a população brasileira come vem da agricultura familiar e apenas 30% do agronegócio.

43. Muitas mulheres e homens que vivem no campo, ainda não têm acesso à terra, produzem em propriedades de terceiros, trabalham como meeiros ou arrendatários, não têm condições de definir sobre o que e como produzir e não têm acesso a políticas públicas.

44. Alguns dados comprovam o baixo acesso das mulheres a terra em todo o mundo. Segundo estimativas da FAO, apenas 1% das terras estão nas mãos das mulheres. Tal situação decorre de um conjunto de fatores, dentre eles: o não reconhecimento das mulheres como produtoras e, portanto não detentoras dos meios de produção; a exclusão das mulheres das políticas públicas, que reproduzem as desigualdades e não garantem direitos básicos, como a documentação e fundamentalmente a lógica patriarcal-senhoril presente no arcabouço legal sobre o direito de propriedade.

45. No Brasil, como resultado da capacidade organizativa, de luta e negociação das mulheres trabalhadoras, alguns avanços têm sido registrados no acesso a terra pelas mulheres. A divulgação dos dados da PNAD 2008 revela que em 2002 a média de titulação de lotes em nome da mulher era de 13%. O fortalecimento da Marcha das Margaridas, com a ampliação da sua capacidade organizativa e de negociação com o poder público, resultou num aumento significativo deste índice, atingindo em 2006, 25,6%, e em 2007, 55% de titularidade em nome da mulher.

46. A titulação, entretanto não basta. A conquista da autonomia econômica pelas mulheres do campo e da floresta depende de uma ampla reforma agrária, de políticas públicas que assegurem documentação, crédito, assistência técnica, e condições de comercialização.

47. A Marcha das Margaridas reafirma a importância da realização de uma ampla e massiva reforma agrária como condição fundamental para democratizar o acesso a terra, ampliar e fortalecer a agricultura familiar e potencializar os processos de desenvolvimento local sustentáveis, que contribuem para a superação das desigualdades nas relações sociais, produtivas e familiares.

48. Somente uma reforma agrária ampla e massiva, que garanta terra e condições necessárias para mulheres e homens viverem com dignidade pode, de fato, garantir alternativa ao modelo de desenvolvimento dominante e excludente, concentrador de terra e comprometido com o agronegócio. Sem reforma agrária e sem democratizar o direito de acesso à terra, não é possível construir uma nação verdadeiramente democrática e soberana, não é possível garantir segurança e soberania alimentar e nutricional às trabalhadoras do campo e da floresta, às populações do campo e das cidades.

49. A Marcha das Margaridas vem denunciando vários problemas de ordem estrutural, jurídica e política, que impedem a reforma agrária. A aliança do agronegócio com o latifúndio, com o capital internacional e com as empresas transnacionais, especialmente as produtoras de agroquímicos, impõem a monocultura, comprometem a biodiversidade, a agricultura familiar e ampliam a concentração da terra no país.

50. A Marcha das Margaridas denuncia, ainda, a histórica postura de governos e dos poderes Legislativo e Judiciário, que tem contribuído para impedir a aplicação integral dos requisitos constitucionais de cumprimento da função socioambiental, essenciais para garantir o direito de propriedade sobre a terra. O avanço do processo de estrangeirização das terras, que ameaça a soberania territorial, bem como a elevação do índice de concentração fundiária e a negação do direito de limitar o tamanho máximo da propriedade da terra, são fatores que compõem a questão agrária no Brasil.

51. A atualização dos índices de produtividade, que datam da década de 70 é uma reivindicação permanente dos movimentos sociais do campo e da Marcha das Margaridas. A defasagem destes índices concorre para a proteção do latifúndio, pois interferem no resultado das vistorias que definem como produtiva a terra que não o é, impedindo assim, a sua desapropriação para fins de reforma agrária. A consequência é o não cumprimento da função social da terra, que acaba por impedir que milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais possam viver, trabalhar e produzir.

Desafios para a reforma agrária e a garantia do direito de acesso a terra pelas mulheres:

- Afirmação da reforma agrária como política atual e essencial para o desenvolvimento do país, fortalecendo o MDA e o INCRA e assegurando todas as condições políticas, legais, administrativas e financeiras para a sua plena realização;
- Garantia de centralidade ao papel da reforma agrária no programa de combate à pobreza, considerando que a democratização da propriedade é um elemento essencial e estrutural para reduzir as desigualdades e a exclusão da população pobre;
- Aprimoramento dos mecanismos de fiscalização da estrutura fundiária nacional, exigindo o cumprimento integral de todos os requisitos constitucionais definidores da função social da propriedade da terra;
- Atualização dos índices de produtividade da terra;
- Aprimoramento dos mecanismos e gestão das ações para assegurar a universalização da titulação das terras em nome da mulher ou de forma conjunta.
- Garantia às mulheres assentadas do acesso às políticas e programas, como assistência técnica, educação, saúde, crédito documentação, dentre outras políticas essenciais à autonomia das mulheres rurais.
- Aprimoramento dos instrumentos e normas que visam impedir o avanço do processo de estrangeirização das terras e da concentração da propriedade no Brasil. Neste sentido, é fundamental e urgente propor e aprovar uma Emenda Constitucional que estabeleça um limite para a propriedade da terra seja para brasileiros, ou para estrangeiros.
- Garantia de políticas públicas integrais e articuladas para os projetos de assentamento de reforma agrária, de modo a assegurar o desenvolvimento político, social e produtivo e a autonomia das famílias assentadas.
- Estímulo aos modos sustentáveis de produção nos projetos de assentamento, privilegiando a agroecologia e a produção de alimentos, com a garantia das condições necessárias como assessoria técnica, crédito, capacitação e acesso aos mercados.

Água

52. A água potável é um bem cada vez mais concentrado no planeta. Em todo o mundo passa por um processo de privatização e concentração nas mãos de poucas empresas. A cada dia a água deixa de ser um direito, e transforma-se em mercadoria.

53. O Art. 1º da Declaração Universal dos Direitos da Água, publicada pela ONU em 1992 diz: " A água faz parte do patrimônio do Planeta. Cada continente, cada povo, cada nação, cada região, cada cidade, cada cidadão é plenamente responsável aos olhos de todos." Uma reflexão sobre esta afirmativa, em contraponto com a realidade, demonstra que este direito tem sido profundamente violado, principalmente pela forma de apropriação, pela comercialização e pelas conseqüências que advém do uso de substâncias poluentes pelas grandes empresas. Desta forma, o direito fundamental do ser humano, o direito à vida, do qual a água faz parte, está seriamente ameaçado.

54. O cenário mundial em relação à disponibilidade de água com qualidade para consumo humano já é grave, e anuncia um futuro próximo de grande escassez. Atualmente, cerca de 1,1 bilhão de pessoas sofrem com essa escassez e a previsão é de que em 2050, 45% da população mundial não poderá contar com a porção mínima individual de água para as necessidades básicas, que é em média de 110 litros por mês.

55. No Brasil, um dos países que possui as maiores reservas hídricas, a maior parte da água é utilizada para irrigação de perímetros extensos de terra e para grandes monoculturas, com alto índice de poluentes, que vão comprometendo a qualidade da água e do solo. Com isso, cada vez há menos água apropriada ao consumo humano.

56. A concentração da água atinge principalmente as áreas rurais. As mulheres são, na maioria das vezes, as responsáveis pelo abastecimento de água nas unidades familiares de produção, principalmente na região Nordeste, onde precisam percorrer grandes distâncias para terem acesso à água.

57. O modelo de desenvolvimento energético, pautado pela construção de grandes barragens contribui para a expulsão de mulheres e homens no campo e amplia a concentração hídrica no nosso país. Em contraposição a este modelo, várias experiências alternativas de uso sustentável da água vêm sendo gestadas a partir da organização e lutas populares.

58. A Articulação do Semi-Árido – ASA, nesse contexto de luta contra a privatização da água, tem apresentado algumas experiências como as barragens subterrâneas, as cisternas de placa para captação da água da chuva, cisterna calçadão, canteiros econômicos, que podem servir como modelo de desenvolvimento sustentável, e para construção de um novo paradigma na elaboração de políticas públicas.

59. As mulheres trabalhadoras do campo e da floresta vêm desenvolvendo práticas de proteção de nascentes e mananciais e diversas experiências que buscam assegurar a conservação e uso da água. Entretanto, são grandes os desafios, alguns deles relacionados a seguir.

Desafios para a garantia de água para o consumo humano e para a produção de alimentos saudáveis

- Adoção de medidas reparatórias dos impactos ambientais causados por grandes projetos, que garantam a água com qualidade para o consumo humano e para a produção de alimentos;
- Participação das mulheres nos Conselhos de Meio Ambiente e nos Comitês de Bacias Hidrográficas, espaços de formulação e gestão das políticas de manejo sustentável dos recursos hídricos;
- Garantia da democratização dos recursos hídricos com políticas de educação ambiental e sensibilização sobre a utilização adequada da água.

Agroecologia

60. A agroecologia consiste num conjunto de conhecimentos e práticas referentes ao modo de produzir e se relacionar na agricultura, fundamentais para assegurar o desenvolvimento sustentável com produção, renda e vida saudável para homens e mulheres do campo e da cidade. Enquanto tal é uma alternativa ao modelo de desenvolvimento implantado no Brasil a partir da modernização da agricultura orientada pelos fundamentos da chamada Revolução Verde. Este processo inaugurado no Brasil, a partir dos anos 60, combinou aumento de produtividade com alto índice de insumos e agrotóxicos, lucro, destruição da biodiversidade, impactos ambientais, exclusão de agricultores e agricultoras da terra e dos processos produtivos e conseqüente aumento da pobreza no meio rural.

61. As práticas agroecológicas, bem como a sistematização dos conhecimentos em agroecologia, já integram uma trajetória significativa no país, embora ainda em estado incipiente de visibilidade e consolidação econômica, técnica e cultural para se afirmarem como base orientadora de um novo modelo de desenvolvimento sustentável para o país. Trata-se de um processo que implica na construção de novas relações no meio rural, inclusivas e igualitárias, entre homens, mulheres, jovens e da terceira idade, na produção de alimentos saudáveis, respeito à biodiversidade e na valorização da produção local com alternativas de comercialização.

62. O Brasil é o principal consumidor de agrotóxicos do planeta e um dos maiores competidores no mercado mundial das commodities agrícolas sem, contudo, questionar os custos ambientais e sociais, de curto, médio e longo prazo, com grave comprometimento da vida para as próximas gerações. Este modelo de desenvolvimento agrícola, agrário e industrial massificou os sistemas de produção sem levar em conta as diversidades regionais e impôs padrões de mercado e consumo em detrimento das alternativas e culturas locais.

63. A agroecologia, em contraposição, combate o uso de agrotóxicos, os produtos químicos e transgênicos, exige mudanças no modo de vida e nas relações sociais. Pauta-se pelas melhores formas de produzir alimentos saudáveis e de qualidade, combinando a escolha do que e como plantar, respeitando a diversidade cultural e cuidando do manejo dos ecossistemas locais.

64. O respeito aos variados sistemas e as diferenças entre eles exigem soluções específicas, complexas e diversas, que muitas vezes são variações presentes dentro de uma mesma propriedade ou em propriedades vizinhas. Como prevê a distribuição de diferentes produtos dentro de um mesmo espaço produtivo, a agroecologia requer dos membros das famílias uma integração muito forte, para assegurar a gestão processual da propriedade – toda a família precisa participar para dar conta dessa complexidade do sistema produtivo. Deste modo a agroecologia concorre positivamente nos processos de sucessão rural com a participação das mulheres.

65. O compromisso com a agroecologia implica, portanto, na urgente necessidade de evidenciar e repensar as formas de produzir alimentos ao estabelecer uma relação direta entre produção de alimentos saudáveis e qualidade de vida, entre agricultoras e agricultores e consumidores, entre padrões saudáveis de produção e consumo e manutenção da vida no planeta.

66. Nesta perspectiva se fazem estratégicos, a articulação campo e cidade com vistas à construção de novos padrões de consumo, e uma ampla aliança entre os movimentos sociais para os enfrentamentos necessários com o agronegócio, as cadeias agroalimentares e a conquista de políticas que assegurem a consolidação da agroecologia e o desenvolvimento sustentável.

67. A Marcha das Margaridas, enquanto uma vigorosa ação estratégica para a conquista de novos padrões de desenvolvimento sócio econômico, político e cultural, integra o processo de construção do PADRSS protagonizado pelo movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais, que tem como pilares a reforma agrária e a agricultura familiar.

68. O desenvolvimento, para que se realize de modo sustentável, deve focalizar as pessoas e a relação com os bens comuns – terra, água e toda a biodiversidade, para o que se faz necessário um novo modo de produzir e de se relacionar na agricultura. Implica na valorização e reconhecimento do trabalho das mulheres e jovens e na reivindicação de políticas públicas que integrem e apóiem seu potencial e capacidade produtiva. Somente desta perspectiva é possível transformar efetivamente o meio rural em um projeto de vida e mudança dos sistemas produtivos de modo sustentável.

69. A Marcha das Margaridas, ao dar visibilidade ao trabalho das mulheres do campo e da floresta em sua importância econômica e social, destaca a atuação das trabalhadoras na agroecologia. Tradicionalmente as mulheres desenvolvem experiências de produção nos quintais e arredores da casa, para compatibilizar com os trabalhos domésticos e de cuidados, que ficam sob sua inteira responsabilidade. Tais experiências estão voltadas predominantemente para a produção de subsistência e reproduzem saberes tradicionais que se fundamentam no respeito à biodiversidade e na produção de alimentos saudáveis.

70. É comum encontrar nos quintais e arredores de casa uma diversidade produtiva tanto de plantas

como de animais, além, de experiências de produção e manipulação de plantas medicinais na confecção de xaropes, pomadas e óleos para prevenção e combate de doenças.

71. Diversos estudos e pesquisas demonstram que essa produção representa um diferencial na economia da família, responsável por garantir os produtos básicos das refeições cotidianas, como grãos, massa, hortaliças, frutas, carne, peixes, além de biscoitos, doces e outros.

72. Por serem práticas realizadas pelas mulheres, no espaço doméstico e distante da lógica de mercado, não tem sido valorizadas e nem consideradas como parte da economia. Entretanto, são de grande importância e contêm saberes fundamentais para o desenvolvimento e ampliação da agroecologia. Com estas experiências produtivas e o intercâmbio entre várias organizações produtivas, as mulheres vêm garantindo a qualidade e diversificação das sementes nativas/crioulas, por meio da sua seleção, armazenamento e reprodução. Por outro lado empresas transnacionais agroalimentares atuam de forma a comprometer este patrimônio genético, ao se apropriar das sementes, modificá-las geneticamente, controlar e dominar a sua produção e comercialização, apoiadas por legislações de patentes.

73. O compromisso com a agroecologia e o desenvolvimento sustentável demanda, então, uma reflexão crítica sobre o lugar dos saberes tradicionais, os padrões de ensino que reproduzem o modelo dominante, as práticas de assistência técnica e extensão rural e as modalidades de crédito rural que raramente concorrem para apoiar as experiências agroecológicas.

74. Para se desenvolver e consolidar, a agroecologia depende da construção de sistemas de saberes que incluam os saberes locais e tradicionais, com o reconhecimento e valorização dos saberes e práticas na produção de alimentos pelas mulheres. Depende, portanto, do rompimento com a lógica patriarcal, responsável pela divisão sexual do trabalho e pela hierarquia nas relações familiares, para dar lugar a relações entre homens, mulheres e jovens e à gestão compartilhada da unidade de produção.

75. A Marcha das Margaridas quer resgatar o lugar e o papel das mulheres na agricultura familiar e camponesa, na produção de alimentos saudáveis como expressão máxima de valorização da vida que deve se expressar na relação entre campo e cidade, entre produtores e produtoras de alimentos e entre consumidores e consumidoras.

Desafios para o fortalecimento da agroecologia em suas dimensões produtiva, ambiental e social

- Enfrentamento ao agronegócio, ampliação da produção agroecológica, respeito à cultura alimentar dos povos e ao saberes tradicionais;
- Identificação, visibilidade, sistematização e divulgação das experiências agroecológicas desenvolvidas pelas mulheres trabalhadoras do campo e da floresta e da sua importância para a autonomia econômica das mulheres;
- Resgate e valorização das sementes nativas/crioulas e conservação do patrimônio genético;
- Readequação das políticas públicas de crédito rural, tributação diferenciada, assistência técnica e extensão rural, comercialização, geração de conhecimentos e tecnologias que permitam ampliar as iniciativas agroecológicas da agricultura familiar;
- Articulação entre produtoras e produtores de alimentos agroecológicos e consumidores, com ênfase na produção de alimentos saudáveis, nas dimensões da saúde e da sustentabilidade e no fortalecimento e ampliação de mercados solidários e institucionais;
- Destaque e valorização dos produtos agroecológicos nas feiras livres, de economia feminista e solidária e da agricultura familiar
- Valorização e socialização dos trabalhos domésticos e de cuidados.

GLOSSÁRIO

Agroenergia: energia produzida a partir de produtos agropecuários e florestais. As pesquisas e políticas em torno da agroenergia têm sido cada vez mais crescentes, devido a eminente crise do petróleo, que se caracteriza como recurso mineral não renovável.

Água Potável: própria para consumo humano, isenta de quantidades apreciáveis de sais minerais ou de microorganismos nocivos.

Commodities agrícolas: é um termo de língua inglesa, utilizado para se referir às mercadorias agrícolas que competem no mercado global ou mundial.

Concentração fundiária: é concentração de grandes partes de terras cultiváveis nas mãos de um pequeno número de proprietários, constituindo os latifúndios.

Função socioambiental da terra: constitui o princípio central do direito agrário, que reconhece a terra não como mercadoria, mas, sim, como meio de produção de utilidade social. A terra é entendida como bem natural do ser humano, na perspectiva do bem viver, do trabalhar e do produzir. A terra como bem de produção, deve satisfazer a sociedade e por ela ser cuidada, especialmente no que se refere às dimensões ambientais. Portanto, as relações produtivas devem ser desenvolvidas de forma sustentável, do ponto de vista ecológico, social, econômico e cultural. Nesse sentido, o descumprimento de um desses princípios está em desacordo com os postulados da função socioambiental da terra.

Manancial: todo corpo d'água utilizado para o abastecimento público de água para consumo. Qualquer corpo d'água, superficial ou subterrâneo, utilizado para abastecimento humano, industrial ou animal, por exemplo, um rio, um lago, uma nascente ou poço.

Multinacionais/transnacionais: são empresas que atuam em mais de um país e recebem capitais internacionais. Normalmente os escritórios e centros de tomada de decisão estão em países diferentes das fábricas ou locais de prestação de serviços dessas empresas. As transnacionais dominam a economia global e algumas delas são mais ricas e poderosas que muitos Estados nacionais.

Reforma Agrária: a reforma agrária é uma política de Estado que visa romper com o monopólio da terra e redistribuir renda, poder e direitos. Nesse sentido, a reforma agrária não almeja a mera distribuição de terra, mas principalmente a mudança da estrutura política e social do campo, sobre a qual se assenta o poder dos grandes proprietários de terra, promovendo a garantia de direitos e o fim das desigualdades sociais, políticas e econômicas.

Revolução Verde: É um amplo modelo de produção agrícola, implantado pelas empresas multinacionais e agronegócio, nos países menos desenvolvidos durante as décadas 60 e 70, por meio de melhorias genéticas em sementes, uso intensivo de insumos industriais, mecanização, redução do custo de manejo e uso extensivo de tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita. Com a revolução verde houve o aumento da produção agrícola com grandes custos e prejuízos sociais, culturais e econômicos para os agricultores e agricultoras familiares e para a sociedade como um todo.

EIXO III - SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

76. A Marcha das Margaridas 2011 reafirma a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em sua plataforma política, por fazer parte do cotidiano e ser essencial à vida com importância estratégica para a superação da fome e da pobreza e para a realização do desenvolvimento sustentável.

77. A preocupação com segurança alimentar não é recente. Ela remonta a organização social da humanidade. Inicialmente a preocupação com o tema residia apenas em atender a demanda de alimentos da população em expansão. Tal atenção perdurou até o início da década de 1990, sendo uma das justificativas para a modernização da agricultura, fundamentada na chamada Revolução Verde, quer seria a semente do agronegócio. De 1990 até o presente momento, o entendimento sobre segurança, bem como sobre soberania, alimentar e nutricional evoluiu, principalmente com a participação da sociedade civil.

78. Por força da mobilização e participação da sociedade civil organizada, e mais recentemente dos governos, a segurança alimentar e nutricional está na agenda política dos movimentos sociais e do Estado brasileiro.

79. Desde a 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em 2004, o Brasil trabalha com o seguinte conceito sobre o tema, o qual está expresso no artigo 3º da LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, nº 11.346, de 2006: “a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”.

80. Esta definição indica que país não deve apenas preocupar-se com o sustento dos brasileiros, mas se comprometer com os modos de acesso, de distribuição, de consumo e, principalmente, de produção dos alimentos para a garantia da segurança alimentar e nutricional da nação, com o que comunga PADRSS - Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do MSTTR.

81. Diante disto, a insegurança alimentar não significa apenas fome e desnutrição, mas também o estado de má nutrição crescente da população que pode ser expresso nos inúmeros casos de diabetes, obesidade e de hipertensão, resultado do domínio hegemônico do capital financeiro na cadeia agroalimentar, das desigualdades sociais e das características e do modo de viver.

82. A soberania alimentar tem maior amplitude, como se pode verificar na Declaração de Nyélény, resultado do Fórum Mundial para a Soberania Alimentar, realizado no início de 2007, que corresponde ao posicionamento da Marcha das Margaridas sobre o tema: “a soberania alimentar é o direito dos povos de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo, pautado em alimentos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos de forma sustentável e ecológica, o que coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas, além de defender os interesses e incluir as futuras gerações”. Tal Declaração afirma, ainda, a prioridade pelos circuitos locais de produção e consumo, com fortalecimento da agricultura familiar, camponeses e pescadores artesanais.

83. Este conceito de soberania alimentar supõe novas relações sociais, livres de opressão e

desigualdades entre homens e mulheres, grupos raciais e classes sociais, onde prevalece o comércio justo e solidário, que garanta renda digna aos agricultores e permite aos que consomem controlarem sua alimentação, e coloca nas mãos daqueles que produzem os alimentos os direitos de acesso e a gestão da terra, territórios, águas, sementes, animais e a biodiversidade.

84. A segurança alimentar e nutricional deve estar acompanhada do ideal da soberania alimentar, que permanece na agenda política dos movimentos sociais como um grande desafio. É preciso estar alerta para o fato de que a segurança alimentar e nutricional também está presente nos projetos neoliberais necessidade de aumento exponencial da produção agropecuária, como o que resultou na Revolução Verde, e na distribuição massiva de alimentos pelos grandes conglomerados, que atualmente dominam, não somente a industrialização e os canais de distribuição de alimentos, mas também a cadeia de insumos agropecuários, impondo modos de produção e consumo massificados à população de menor renda, destruindo culturas e comunidades rurais.

85. A partir do livre comércio, as grandes desigualdades entre as nações apenas levam ao fortalecimento das empresas transnacionais, enfraquecendo e empobrecendo a agricultura familiar, os mercados locais e os laços sociais nas comunidades, através da padronização da produção e consumo, e destruindo a cultura local. Além disso, o mercado amplamente abastecido com os alimentos industrializados e importados, fortalecido com os investimentos na mídia, com propagandas sedutoras, acabam por determinar a mudança nos hábitos alimentares da população e concorrer para o empobrecimento nutricional, para a desvalorização da cultura alimentar com impactos negativos sobre a saúde de mulheres, homens, jovens e crianças.

86. O modelo de política macroeconômica liberal é identificado como a principal causa da insegurança alimentar e nutricional e da exclusão social. Este modelo causa a insuficiência de renda, o elevado nível de desemprego, a concentração da terra, a mercantilização da água, a precarização da educação e, sobretudo, a expansão do agronegócio e as extremas dificuldades da agricultura familiar para produzir e comercializar. A insegurança alimentar se deve ainda à persistência do modelo patriarcal que reproduz as desigualdades de gênero no campo, discrimina as mulheres e concorre para a manutenção dos padrões de pobreza e violência sexista.

87. A construção social em torno da soberania e da segurança alimentar e nutricional se contrapõe às políticas neoliberais que pregam os alimentos somente como mercadorias para atender aos interesses das grandes corporações do sistema agroalimentar. O alimento é primeiramente um direito, assim como a terra, a água, os recursos genéticos e a biodiversidade são patrimônios dos povos. Assim, o tema articula bandeiras de luta dos movimentos sociais do campo: reforma agrária, direitos territoriais e de gestão dos bens da natureza, políticas de apoio à produção, recursos naturais, preservação da biodiversidade, agricultura familiar e agroecológica, alimentos de qualidade, combate ao agronegócio, aos oligopólios e às políticas de livre comércio, e defesa dos mercados locais.

88. Atualmente a segurança alimentar e nutricional é prioridade do governo brasileiro, que tem como meta central erradicar a pobreza extrema no país. Em âmbito internacional a FAO desenvolve uma campanha com o objetivo de erradicar a fome no mundo e nos países que integram o Mercosul está em curso a Campanha por um Mercosul sem fome, que integra diversas organizações e movimentos sociais, dentre eles a Contag. Entre os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), que emanam da Declaração do Milênio adotada pela ONU – 2000, o primeiro deles é Erradicar a Extrema

Pobreza e Fome, é o primeiro deles. A meta mundial é reduzir à metade, entre 1990 a 2015, a proporção de pessoas com renda inferior a 1 dólar por dia, assim como a proporção de pessoas que passam fome.

89. No âmbito da produção a importância das mulheres reside justamente na responsabilidade a ela delegada de cuidar do cultivo diversificado de gêneros alimentícios especialmente para o sustento da família como as hortaliças e a criação de pequenos animais, mas que normalmente não é reconhecida como trabalho produtivo, não sendo remunerado, ou reconhecido como essencial. Já no campo do consumo, também de maneira deliberada é dever da mulher o preparo e a distribuição do que se deve consumir pela família, mas que em nome do provimento de comida em quantidades suficientes ao marido e às crianças cabe sempre a elas uma porção menor. Assim, apesar das mulheres desempenharem papel estratégico na segurança alimentar, especialmente no seio familiar, elas sempre se encontram em situação de maior fragilidade alimentar em relação ao homem.

90. Neste sentido muito se tem avançado no Brasil a partir da construção de políticas públicas com participação da sociedade civil, para garantir a segurança alimentar e nutricional dos brasileiros, combinando programas e ações de apoio à agricultura tradicional e familiar de base agroecológica e cooperativa, com ampliação do acesso aos alimentos, através de uma ampla Rede de Segurança Alimentar e Nutricional.

91. Para o acesso à alimentação existem os Restaurantes Populares, os Bancos de Alimentos, as Cozinhas Comunitárias, as Feiras e Mercados Populares, além das ações emergenciais, os quais em maior ou escala são abastecidos com alimentos produzidos por agricultoras e agricultores familiares.

92. Para apoiar a produção de alimentos, a agricultura familiar conta uma diversidade de políticas e programas que iniciaram em 1995 com a criação do PRONAF, envolvendo crédito rural, seguro rural, assistência técnica e extensão rural, garantia de preço, comercialização, entre outras. Integrando a produção ao consumo, o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar mostram que é possível integrar a produção agropecuária familiar ao consumo local.

93. Os desafios são enormes, pois o tema da segurança alimentar e nutricional é recheado de contrapontos, merecendo destaque as dicotomias em torno da mulher, que sempre teve papel primordial na produção de alimentos, mas por outro lado, se apresenta e situação de maior insegurança alimentar; e em torno do meio rural, local de produção de alimentos, mas onde se encontra a maior parcela da população em situação de risco alimentar e nutricional.

94. Desta forma, outro desafio é tirar as mulheres da invisibilidade em relação à produção e à geração de renda no campo, mas sem prender sua responsabilidade neste trabalho reprodutivo. Assim, deve-se fazer a reflexão sobre como o trabalho das mulheres concorre para a Segurança Alimentar e Nutricional. Qual importância tem a atuação da mulher trabalhadora rural para a Segurança Alimentar e Nutricional? Que mudanças podem ser identificadas desde a realização da 3ª Marcha das Margaridas nas condições de trabalho das trabalhadoras rurais?

95. A padronização do modo alimentar da sociedade contribui para o enfraquecimento dos laços solidários e comunitários, mantendo a fictícia distância entre as populações do campo e da cidade. O fortalecimento da agricultura familiar não tem como ser bandeira apenas dos povos do campo e florestas e suas organizações, ele deve ser reconhecido como estratégico para garantia à alimentação saudável da população urbana.

Desafios para a construção da soberania, segurança alimentar e nutricional

- Denúncia do sistema alimentar dominado pelas transnacionais, que concorre para a insegurança alimentar e nutricional, e compromete a soberania alimentar ao transgredir os direitos do ser humano, povos e nações, violar a identidade cultural, ampliar os riscos ambientais e aprofundar as desigualdades sociais;
- Fortalecimento e apoio às iniciativas de produção agroecológica, sistemas agroflorestais, feiras de agricultores, comércio justo e solidário, grupos de compra consciente, entre outras;
- Construção de alternativas aos atuais padrões de produção, distribuição, consumo de alimentos e divulgação de novas práticas e hábitos alimentares que valorizam
- Desenvolvimento de pesquisas, tecnologias, financiamento, mercado e políticas públicas para a agricultura familiar e produção agroecológica;
- Monitoramento e avaliação dos programas sociais de combate a fome para que cumpram seus objetivos e contribuam efetivamente para diminuir as desigualdades sociais, com melhoria das condições de renda, saúde e de vida;
- Criação de programas interministeriais voltados para educação ambiental, sensibilização sobre o uso adequado da água e práticas promotoras de alimentação adequada e saudável garantidoras da segurança alimentar e nutricional dirigidos às mulheres trabalhadoras do campo e da floresta;
- Fortalecimento da participação das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta no PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- Participação em todo o processo de construção da 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Alimentação Adequada e Saudável: direito de todos.

GLOSSÁRIO

Livre Comércio – refere-se ao comércio sem barreiras entre países, sob o argumento de proporcionar o crescimento econômico dos países em desenvolvimento. Constitui uma estratégia para fortalecer as empresas transnacionais concorrendo para o enfraquecimento da agricultura familiar e o empobrecimento dos mercados locais.

Mercado - O mercado é um princípio de organização da economia, um modelo que define como, quanto e o que trocamos, produzimos e consumimos. Os capitalistas e economistas liberais do século 19 criaram a idéia de que o mercado é uma forma de organizar a sociedade.

Agroalimentar – Termo utilizado para se referir à cadeia de produção dos alimentos.

Agroflorestal - Sistema produtivo no qual a produção de bens florestais está associada à produção de alimentos. São constituídas numa determinada área, por várias espécies.

EIXO IV - AUTONOMIA ECONÔMICA, TRABALHO E RENDA

96. A Marcha das Margaridas considera o tema da Autonomia Econômica, Trabalho, Emprego e Renda fundamental na vida das mulheres, especialmente para as trabalhadoras do campo e da floresta, historicamente colocadas na invisibilidade. É preciso dar visibilidade ao trabalho das mulheres e enfrentar as questões que concorrem, na vida das mulheres, para a reprodução das desigualdades sociais e de gênero. A autonomia econômica das mulheres é fundamental para o desenvolvimento sustentável com justiça, igualdade e liberdade, para o enfrentamento à pobreza, à violência e para o exercício da cidadania integral.

97. A autonomia econômica significa para as mulheres da Marcha das Margaridas ter independência financeira, acesso aos recursos necessários para produzir, controle sobre o seu tempo, mas também ter o controle sobre a próprio corpo e sobre a sua vida. Em resumo, as mulheres devem ter liberdade de decisão, ser donas dos seus destinos e das suas vidas. Com este entendimento para debater autonomia econômica é fundamental o reconhecimento do trabalho das mulheres e o questionamento à divisão sexual do trabalho.

98. A divisão sexual do trabalho diz respeito à separação entre trabalho de homens e trabalho de mulheres, com uma hierarquia de valor em que o trabalho dos homens sempre é mais valorizado que o trabalho das mulheres. Na base da divisão sexual do trabalho está a idéia de que as mulheres, por serem mães, são as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados, como se essa atribuição fosse própria da sua natureza.

99. Na divisão sexual do trabalho, o trabalho doméstico e de cuidados é uma obrigação natural e exclusiva das mulheres, e os trabalhos que as mulheres realizam nos quintais, horta, pomar, na criação de pequenos animais, não são reconhecidos como trabalho, quando na realidade, ocupam tempo e fazem parte da economia familiar. Já os trabalhos realizados na área extrativista, agrícola e não agrícola são colocados na invisibilidade, pois, não são reconhecidos, ou quando muito, são considerados como uma ajuda ou complemento ao trabalho do homem.

100. A inserção das mulheres no trabalho agrícola, extrativista e não agrícola, está marcada pela estrutura patriarcal da família, definida a partir do poder do homem e pela divisão sexual do trabalho. Significa dizer que prevalece a visão padronizada de família, em que o homem representa os interesses do conjunto, ou seja, da mulher e filhos, deixando transparecer que os interesses são comuns e que se complementam de forma harmônica.

101. A família assim estruturada possui uma hierarquia de gênero e geração, colocando as mulheres e jovens na condição de subordinação. Nesse contexto as mulheres jovens ocupam o menor lugar na hierarquia familiar, submetidas à lógica patriarcal e aos padrões de sucessão rural que privilegia os jovens homens. Toda esta estrutura e dinâmica relacional resultam em desvalorização das mulheres e invisibilidade do seu trabalho. Faz-se necessário, portanto, consolidar ações de valorização do trabalho feminino e da participação das jovens mulheres na construção de relações produtivas e sociais sustentáveis. Vale destacar que, para além das análises sobre a inserção da juventude no mundo do trabalho, é preciso refletir quais as condições de ocupação vivenciadas pelos diferentes sujeitos que integram este grupo. Nesse sentido, as jovens mulheres compatibilizam vida profissional e trabalho doméstico, e, essa realidade, limita as possibilidades de continuidade dos estudos e a própria vivência da condição juvenil.

102. No modelo atual de sociedade em que a economia capitalista é dominante há uma tendência a valorizar a produção de mercadorias, que podem ser comercializadas. Nesse modelo há uma enorme quantidade de trabalho que não é reconhecido, assim, a produção para o auto-consumo, a produção extrativista, as trocas solidárias, não são consideradas como parte da economia. Da mesma forma uma enorme quantidade de trabalho realizado pelas mulheres, na casa e nos cuidados com filhos e idosos, não é reconhecido. Os movimentos de mulheres questionam essa visão limitada da economia e propõem uma visão ampliada a partir de um modelo sustentável, voltado para o bem estar de todos e todas, e não para os lucros do mercado.

103. Além disso, várias atividades realizadas pelas mulheres são consideradas uma extensão das atividades domésticas. Essa forma de ver o trabalho e a economia é definida como produção e reprodução. Por produção entende-se o que pode ser transformado em mercadoria e vendido no mercado, e por reprodução as atividades vinculadas ao trabalho doméstico e de cuidados. Embora se diga que as mulheres nasceram para serem mães e que essa deva ser sua principal função, sabemos que as mulheres estão ao mesmo tempo realizando as atividades produtivas e as reprodutivas.

104. O não reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados tem por objetivo ocultar sua dimensão econômica e a relação com a exploração capitalista. No capitalismo, houve uma redução do conceito de trabalho àquelas atividades vinculadas ao mercado, enquanto antes do capitalismo o trabalho consistia no conjunto das atividades necessárias à existência humana. Desta forma o capitalismo instituiu a separação entre esfera produtiva e esfera reprodutiva à qual corresponde a separação entre espaço público e espaço privado. No capitalismo, é considerado produtivo só aquilo que gera troca no mercado, ou seja, aquilo que pode se tornar uma mercadoria. Nesta lógica o trabalho reprodutivo deixa de ser trabalho, porque não se comercializa. Ao mesmo tempo, o trabalho mercantil, depende do trabalho doméstico e de cuidados realizado pelas mulheres, em casa. A abordagem da economia feminista ampliou o enfoque econômico ao reconhecer o papel fundamental do trabalho doméstico na vida econômica e social.

105. É verdade que as mulheres ainda são colocadas na invisibilidade, mas é verdade também, que há um processo crescente de visibilidade e reconhecimento das mulheres trabalhadoras do meio rural. As mulheres correspondem a 47,9% da população rural (PNAD/IBGE, 2009). São aproximadamente 15 milhões de mulheres, muitas delas sem acesso aos direitos básicos como saúde e educação, sendo que as mais jovens são as mais afetadas pelos processos migratórios. Cerca de metade das mulheres trabalham para o autoconsumo, sem ter nenhuma renda monetária. Ainda assim, há um crescimento do número de mulheres que assumem a responsabilidade exclusiva pelo grupo familiar, as chamadas “chefes de família”.

106. A invisibilidade do trabalho da agricultora familiar fica evidente nas estatísticas oficiais sobre a duração da jornada de trabalho das mulheres, que corresponderia a praticamente a metade da jornada média dos homens. Em 2006, enquanto os homens trabalhavam em média 39 horas semanais, as mulheres rurais declararam trabalhar apenas 21 horas – PNAD 2006.

107. Há alguns anos observa-se o que se chama de masculinização do campo, ou seja, o aumento da população masculina na área rural. A proporção da população feminina na área rural era de 48,29% em 1993 e diminuiu para 47,98% em 2001, e desde então tem se mantido neste patamar.

108. Um fato importante, observado mais recentemente, é o deslocamento dos homens para atividades, antes, tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres. No cuidado de aves e pequenos animais, as mulheres trabalham exclusivamente para o auto-consumo, enquanto que a ocupação dos homens, nesta atividade, se dá via postos assalariados, permanentes ou temporários.

109. As mulheres têm uma longa trajetória de resistência e luta para seu reconhecimento como trabalhadora rural e como cidadã. Nessa trajetória integram as lutas pela sindicalização e participação nos sindicatos dos trabalhadores rurais, pelo acesso a previdência e à licença maternidade e pela documentação civil e trabalhista. Nesta trajetória de lutas passaram a se destacar as reivindicações relacionadas ao trabalho e à renda, vinculadas ao questionamento do homem como representante da família. O reconhecimento das atividades e organização produtiva das mulheres, a participação e poder de decisão em todas as etapas do processo produtivo e na comercialização e políticas de apoio à produção e comercialização passaram a integrar a plataforma política e a pauta de reivindicações.

110. Nessa trajetória registram-se várias conquistas das Marchas das Margaridas, como obrigatoriedade da titulação conjunta da terra, a documentação civil e trabalhista, a assistência técnica – ATER para mulheres e o crédito Pronaf.

111. A plataforma por autonomia econômica da Marcha das Margaridas 2011 coloca a necessidade de ampliação da infra-estrutura no campo e a garantia de políticas públicas de saúde e educação, incluindo creches, educação infantil e habitação.

112. As políticas em curso mostram alguns avanços na situação das trabalhadoras da agricultura familiar. No entanto, há a necessidade de ampliar e aprofundar tais políticas e de garantir e efetivar a autonomia econômica das mulheres. Para tanto se tornam fundamentais o fortalecimento e consolidação, em políticas permanentes, de ações como o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos e o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar. A garantia de comercialização estável da produção é um dos elementos fundamentais para efetivar a autonomia econômica das mulheres. Ao mesmo tempo reforça a segurança e soberania alimentar e o estímulo à produção de alimentos saudáveis por meio da agroecologia.

113. As políticas de combate à pobreza como o bolsa família são importantes porque consistem numa forma de enfrentamento à pobreza no país. Entretanto, o empobrecimento das mulheres somente será efetivamente superado, com estratégias e políticas públicas, bem articuladas – infra-estrutura, assistência técnica, crédito, apoio a geração de renda, comercialização, economia solidária - que favoreçam o desenvolvimento sustentável e solidário com o fortalecimento da autonomia econômica das mulheres trabalhadoras rurais.

114. Os estudos demográficos mais recentes afirmam que nos próximos anos, a sociedade brasileira vivenciará um contexto de bônus demográfico. Em meio a esta novidade conjuntural, vem sendo reforçadas as esperanças em torno de melhores condições de crescimento econômico, uma vez que até 2030 o país contará com altos índices de População Economicamente Ativa (em grande parte jovem), capazes de ampliar as condições de produção e conseqüentemente a vida econômica do Brasil.

115. Esta ênfase no crescimento econômico está fortemente vinculada a capacidade de produção vinda das mãos da população jovem e adulta, sobretudo das mulheres, pelo aumento da participação das brasileiras na População Economicamente Ativa. Porém, é importante compreender que uma vez mantidas

as relações de desigualdades, não serão alcançados os efeitos positivos esperados. Nesse sentido, faz-se oportuno refletirmos sobre: Que modelo de desenvolvimento queremos? E em que medida este novo cenário, promoverá relações de trabalho justas, que assegurem igualdade de oportunidade para as mulheres, com destaque para as jovens trabalhadoras?

116. Em 2010 constituiu-se no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego o Subcomitê de Trabalho Decente para a Juventude, espaço este que contou com uma composição tripartite, envolvendo representantes dos trabalhadores, empregadores e gestores públicos, com a participação da OIT. O objetivo deste Subcomitê foi elaborar uma Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude, para orientar os debates da Conferência Nacional de Trabalho Decente (cuja etapa nacional será em 2012). Esta agenda propõe desafios e diretrizes ao poder público, no sentido de garantir à juventude, direitos sociais comprometidos com a ampliação do acesso à educação de qualidade, de superar as desigualdades de acesso ao mundo do trabalho e de promover o ingresso e permanência das/os jovens, em postos de trabalho, resguardando os direitos trabalhistas e assegurando renda digna e desenvolvimento humano.

117. A juventude rural brasileira é uma juventude trabalhadora! Os dados da PNAD 2009 mostram que mais de 5,5 milhões de jovens rurais (de 15 a 29 anos), integram a População Economicamente Ativa do país. Contudo, a inserção no mundo do trabalho não resulta, necessariamente, em qualidade de vida, renda digna e cidadania integral. Além disso, muitos jovens do campo e da cidade permanecem na busca por oportunidades de trabalho, e, incluem-se neste contexto a juventude que pertence a famílias de baixa renda, mulheres jovens e a juventude negra, que vivenciam realidades de desigualdade, reproduzidas historicamente.

118. As mulheres jovens devem ter atenção especial, por meio de políticas diferenciadas, que viabilizem sua permanência com dignidade no campo, para que dessa forma, não sejam empurradas e submetidas a relações de trabalho precárias. Forte exemplo desse tipo de relação se manifesta na ocupação como empregada doméstica, onde muitas vezes, as jovens são levadas para desempenhar este tipo de trabalho em troca de casa e comida, sem nenhum salário.

119. O aumento do salário mínimo no país é uma estratégia para combater a pobreza, e enfrentar as desigualdades entre mulheres e homens. A Marcha das Margaridas, historicamente, apresenta como uma de suas principais proposições, a adoção de uma política de valorização do salário-mínimo, ciente do seu amplo impacto social, em especial junto aos segmentos dos assalariados e da agricultura familiar, pela remuneração da aposentadoria e porque influi na definição de preços dos produtos agrícolas.

120. Essa proposição é fundamental para a distribuição da renda no Brasil, para a melhoria das condições sociais e econômicas de grande parte da população, e, sobretudo, para o desenvolvimento sustentável com justiça social.

121. É certo que nos últimos oito anos o salário mínimo acumulou ganhos reais acima da inflação, elevou o poder de compra da população e permitiu uma ligeira melhora na distribuição da renda, demonstrando o quanto é essencial investir para ampliar a política atual. No entanto, essa política de valorização respondeu apenas a distribuição em relação ao crescimento atual da economia. Mas não enfrentou a desvalorização acumulada em 40 anos.

122. A Marcha das Margaridas entende que uma Política de Valorização do Salário Mínimo deve estar alicerçada por uma política de desenvolvimento, que não pode se confundir com crescimento

econômico. Deve ser uma política de Estado comprometida com condições de vida digna e justiça social, para mulheres e homens, do campo e da cidade, em especial as mulheres, que sofrem intensamente as consequências da discriminação e desigualdade de gênero e raça.

123. Os direitos previdenciários integram historicamente as bandeiras de luta das mulheres trabalhadoras rurais do MSTTR e são pautados desde a primeira Marcha das Margaridas. Nos últimos quinze anos a Previdência Social tem sido a política pública de maior impacto econômico e social no meio rural e na vida econômica da maioria dos municípios brasileiros.

124. Atualmente as mulheres trabalhadoras dos diversos movimentos do campo e da floresta estão mobilizadas no debate nacional da Reforma da Previdência, por meio da participação da CONTAG no Fórum Nacional da Previdência Social. A principal questão é a sustentabilidade do sistema previdenciário brasileiro, sem comprometer as conquistas históricas dos trabalhadores rurais, em especial das mulheres trabalhadoras rurais.

125. A Marcha das Margaridas assume a luta das mulheres assalariadas rurais que vivem situações de alta vulnerabilidade social, expostas a intensa e desumana exploração de sua força de trabalho. Compreende que o desenvolvimento tecnológico e a reestruturação produtiva têm trazido impactos ao mundo do trabalho, que definem como as mulheres entram e permanecem no mercado de trabalho, as funções que ocupam e as suas condições de trabalho. Nas últimas décadas, constata-se a redução do emprego assalariado com vínculo empregatício e a ampliação de medidas que flexibilizam regras e direitos trabalhistas. As consequências desse quadro se expressam, na proliferação de ocupações de baixa renda, nas cooperativas de mão de obra, na perda de conquistas históricas, no aliciamento da força de trabalho para o trabalho escravo e na ampliação da desigualdade de rendimentos entre homens, mulheres e jovens assalariadas. Nesse caso as desigualdades se aprofundam ao tratar-se das mulheres negras, que sofrem dupla discriminação, de gênero e de raça.

126. O Brasil deve ratificar a Convenção 156 da OIT - Organização Internacional do Trabalho, pois, é inaceitável que as atividades domésticas, como cuidar de filhos e filhas e de pessoas dependentes, limitem o acesso e a permanência no trabalho, bem como o progresso profissional, especialmente para as mulheres. É necessário colocar em prática políticas públicas, que visem o compartilhamento das responsabilidades familiares entre homens e mulheres. O Brasil é o único país do MERCOSUL que ainda não ratificou essa convenção.

Desafios para a conquista da autonomia econômica, trabalho e renda

- Ampliação e fortalecimento das políticas públicas para as mulheres do campo e da floresta;
- Superação da divisão sexual do trabalho, com a socialização dos trabalhos domésticos e de cuidados e equipamentos sociais coletivos como creches, escolas infantis, lavanderias e restaurantes coletivos;
- Fortalecimento da organização das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta e construção de reivindicações específicas, que atendam às diferenciações relacionadas à raça e etnia e à geração;
- Garantia de trabalho decente para as mulheres jovens do campo e da floresta, por meio de políticas diferenciadas, principalmente no que se refere ao acesso a terra e organização da produção, visando romper com padrões sexistas e promover igualdade e fortalecimento da agricultura familiar;

- Avanço na construção de políticas públicas voltadas para o apoio à organização produtiva das mulheres e aos processos de comercialização;
- Institucionalização de ações e programas, na forma de políticas públicas, que se concretizem no cotidiano e na vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta;
- Garantia de serviços e equipamentos públicos essenciais para a autonomia econômica das mulheres como creches, restaurantes e lavanderias comunitárias;
- Garantia da licença e do salário maternidade com sua ampliação para 180 dias;
- Fortalecimento e ampliação da produção de alimentos saudáveis, por meio de práticas agroecológicas;
- Integração das políticas públicas para que se efetivem com qualidade no cotidiano e na vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta;

GLOSSÁRIO

Bônus demográfico: é o momento em que a estrutura etária da população atua no sentido de facilitar o crescimento econômico. Isso acontece quando há um grande contingente da população em idade produtiva e um menor número de população dependente (em geral, idosos e crianças).

Convenção 156 das OIT: esta convenção de 11 de agosto de 1983 reconhece, dentre outros, que os problemas de trabalhadores com encargos de família, são aspectos de problemas mais amplos, concernentes a família e a sociedade, que devem ser levados em consideração nas políticas nacionais.

Economia Feminista: A economia feminista coloca a sustentabilidade da vida humana e o bem-estar coletivo no centro da organização econômica e territorial, e questiona a sociedade de mercado, na qual o padrão de relação entre as pessoas, destas consigo mesmas e com seu corpo, e destas com a natureza é um negócio no qual o que importa é o lucro. A economia feminista questiona o fato de haver uma divisão sexual do trabalho, que atribui aos homens o trabalho produtivo (a produção de mercadorias) e às mulheres o trabalho reprodutivo (o cuidado das pessoas), além de estabelecer uma hierarquia na qual o trabalho produtivo é considerado mais importante que o reprodutivo. A economia feminista é útil para visibilizar as experiências das mulheres e sua contribuição para a economia, além de mostrar como a produção mercantil não está desvinculada da reprodução.

Trabalho decente: é definido como o trabalho produtivo adequadamente remunerado, compreendido como condição fundamental para a superação da pobreza e da redução das desigualdades sociais. É entendido pela Organização Mundial do Trabalho (OIT) a partir de quatro pilares estratégicos: 1) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado, abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação); 2) promoção do emprego de qualidade; 3) extensão da proteção social; 4) diálogo social.

EIXO V - EDUCAÇÃO NÃO SEXISTA, SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA

127. A Marcha das Margaridas identifica na sociedade patriarcal e classista uma forte articulação entre educação, sexualidade e violência, que traz conseqüências perversas à vida das mulheres, ao impedir, limitar e comprometer a justiça, autonomia, igualdade e liberdade. Por isso, propõe a compreensão e debate destes temas e a reflexão sobre o seu impacto no cotidiano das trabalhadoras do campo e da floresta. A expectativa é construir um conjunto de proposições que possam fazer avançar o enfrentamento à discriminação, opressão e violência contra as mulheres trabalhadoras.

Educação Não Sexista

128. A educação compreendida como um amplo processo de socialização se dá em vários âmbitos da sociedade, como a família, escola, igreja, trabalho, sindicato, associação, e tantos outros. Enquanto tal, consiste basicamente na transmissão de valores, crenças e normas, que compõem a cultura, moldam comportamentos, atitudes e hábitos, e definem o modo de ser e agir na sociedade. Portanto, a socialização é transmissora da cultura e se dá por meio da educação, repassada de pessoa a pessoa, de geração a geração.

129. No processo de socialização se desenvolve o aprendizado sobre o que é ser mulher e ser homem na sociedade, ou seja o padrão diferenciado, e mesmo antagônico, de ser e de se comportar de homens e mulheres. Esses valores e padrões de comportamento são difundidos como se fossem definidos pelas diferenças entre os sexos, portanto baseados na natureza de cada sexo. Assim, os padrões definidos pela sociedade do que é ser mulher e do que é ser homem são naturalizados, ou seja, considerados naturais a cada sexo.

130. Desse modo, passa despercebida a imposição dos padrões de gênero – masculino e feminino, e se reproduz as desigualdades entre os sexos, apoiadas nas diferenças biológicas. Assim, as mulheres são consideradas naturalmente responsáveis, pela reprodução e pelo espaço privado, e enquanto tal, sua obrigação é lavar, passar, arrumar a casa e cuidar dos filhos, o que é ensinado desde cedo às meninas, por meio de brinquedos considerados de uso exclusivamente feminino (bonecas, fogõezinhos, panelinhas, etc). Aos homens, em contraposição, têm sido atribuídas as atividades produtivas e o espaço público, de poder e decisão política.

131. A história tem mostrado que este modo de pensar o mundo, as pessoas e a natureza gera desigualdade, cria hierarquias, privilegia os homens, submete, desvaloriza e oprime as mulheres. Em contraposição, os movimentos feministas e de mulheres têm se empenhando em denunciar, resistir e buscar transformar esta situação de desigualdade e opressão das mulheres, agravada pelas discriminações fundadas na raça e etnia. Isso significa dizer que as mulheres trabalhadoras, pobres e negras sofrem uma tripla discriminação e opressão na sociedade capitalista: de classe, de gênero e de raça e etnia.

132. A educação formal que se realiza na escola, tem forte caráter sexista, pois reproduz os padrões de gênero, a desigualdade e o preconceito, amplamente presentes, sejam nas práticas com alunos e alunas, nos currículos escolares, livros didáticos e nas políticas educacionais. Os livros didáticos concorrem para manutenção das mulheres na invisibilidade e disseminam os padrões de gênero, de modo a reproduzir as desigualdades fundadas nas diferenças entre os sexos. A educação sexista reforça a submissão das mulheres, reproduz o machismo, o racismo e concorre para a manutenção da violência, da homofobia e lesbofobia.

133. A situação de invisibilidade e discriminação das mulheres é agravada pelo uso da língua e da

gramática oficiais, ao adotarem o gênero masculino para referir a grupos mistos. Como exemplo, podemos citar o modo de se referir a um grupo composto por homens e mulheres, que se dá sempre no masculino: os alunos do curso tal, ou os participantes da reunião tal. Desse modo nunca se sabe da participação das mulheres. Onde estão? Por força da participação política e dos movimentos de mulheres há mudanças realizadas nessas referências e nomeações. A adoção de mais um T, de trabalhadora, em MSTTR é um exemplo disso. Outro exemplo é adoção da palavra presidente no feminino, ou seja, presidenta, que não é prevista na nossa gramática.

134. Um agravante neste contexto escolar, além dos padrões sexistas, são os preconceitos em relação às mulheres do campo e da floresta, acrescido pelo preconceito racial e étnico que reforça as desigualdades sociais, ao difundir a situação de inferioridade da raça negra, sobretudo, das mulheres negras. Portanto, a escola desempenha, também, o papel de perpetuar a ideologia e os valores da classe dominante, o preconceito e a discriminação, além de mostrar-se omissa e despreparada para debater temas do cotidiano como afetividade, sexualidade, saúde reprodutiva, violência sexual, violência social, etc.

135. Se os processos educativos e de socialização, que transmitem e reproduzem a ideologia patriarcal e machista são construídos nas relações sociais, por meio deles também é possível recriar e transformar valores e hierarquias. A educação, se por um lado, apresenta caráter sexista, ou seja, dissemina e reproduz a ideologia patriarcal, por outro, possui grande potencial de transformação e pode se realizar de forma não sexista.

136. A Marcha das Margaridas entende que se faz necessário, além de ampliar as possibilidades de acesso à educação qualificada, assegurar que as experiências de educação do campo, formais e não-formais, fundamentem-se no diálogo com a realidade e as identidades culturais e políticas das trabalhadoras do campo e da floresta. Para tanto, é necessário, ainda, promover o respeito às diferenças e a valorização dos sujeitos do campo, a ruptura com os padrões discriminatórios e sexistas e o fortalecimento da agricultura familiar, como dimensões estruturantes do desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, liberdade e igualdade para as mulheres.

137. Em contraposição à educação tradicional, a educação não sexista, qualificada com a educação anti-racista, busca romper com os padrões de gênero impostos pela cultura patriarcal e machista e promover a igualdade entre homens e mulheres. Para tanto exige um amplo e profundo preparo das escolas e de seus profissionais, bem como a reformulação de seus currículos e livros didáticos, por meio de políticas educacionais garantidas pelo Estado.

Sexualidade

129. A articulação do tema da sexualidade ao tema da educação significa que a manifestação e o exercício da sexualidade, bem como os problemas e questões a ela relacionados, tem a ver com a educação e a transmissão dos valores culturais, também veiculados pela mídia, que se processam nos diversos espaços de socialização.

130. A idéia dominante é de que a sexualidade deve obedecer à natureza determinada pelas diferenças biológicas entre os sexos, e que homens e mulheres trazem consigo, uma natureza que define o modo de sentir, manifestar e realizar a sua sexualidade. Essa idéia obedece aos padrões de gênero, que vimos anteriormente, e definem o caráter amoroso e passivo da sexualidade feminina, em contraposição, ao caráter ativo, viril e insaciável do homem. Deriva dessa concepção de sexualidade, um padrão de comportamento sexual, considerado normal, que se realiza entre um homem e uma mulher, denominado heterossexual.

131. A imposição de um padrão de comportamento sexual é legitimada com o argumento da natureza distinta e complementar de homens e mulheres e pelo destino biológico, que associa sexualidade e reprodução. Entretanto, este padrão esconde não somente discriminação, mas relações de poder, de dominação e opressão das mulheres. Tradicionalmente, as chamadas “mulheres de família” devem ter uma sexualidade disciplinada e conduzida pelo homem. Este, por sua vez, é livre para realizar a sexualidade fora dos limites da reprodução, e por isso qualquer conduta neste sentido é abonada, como realizar com outras mulheres a sexualidade e o prazer. Afinal, a idéia amplamente difundida, fundamentada na natureza masculina, é de que a virilidade e a necessidade de sexo pelo homem devem ser satisfeitas, não importando o que isto possa significar e custar para a mulher.

132. A sociedade brasileira, de estrutura patriarcal, tem na base da sua história o domínio, a subordinação e violência sexual contra as mulheres indígenas e negras. São de amplo conhecimento os casos de mulheres indígenas pegas a laço, como também de negras, escravas, subjugadas sexualmente por seus senhores. Neste contexto é comum responsabilizar as próprias mulheres, pelo comportamento violento dos homens, taxando-as de provocantes, fegas, de irresistível erotismo e sensualidade.

133. A heterossexualidade é o padrão de sexualidade considerado normal pela sociedade, justificado, principalmente pela função reprodutora. Porém, a realidade é complexa, demonstrando que há uma diversidade de expressões da sexualidade nas relações interpessoais. O direito à livre orientação afetivo-sexual tem sido reivindicado na sociedade brasileira, e são muitas as denúncias de intolerância. As práticas de homofobia e lesbofobia se manifestam, a partir de atitudes e práticas discriminatórias, de repressão e violência aos que fogem ao padrão heterossexual. A intolerância à livre orientação afetivo-sexual se agrava, quando são as mulheres que transgridem o padrão, como no caso das mulheres lésbicas.

134. As mulheres vêm sofrendo, ao longo da história, violações ao direito sobre o próprio corpo e ao modo de viver a sua sexualidade. A defesa da autonomia das mulheres com o slogan “nosso corpo nos pertence”, significa que o corpo é o território, o lugar onde habitam e existem, portanto, lugar inviolável, onde a autonomia e a liberdade das mulheres devem se realizar.

135. As discriminações ao corpo e à sexualidade das mulheres, em grande parte resultam de desinformação e expressam tabus ainda vigentes na sociedade. O padrão de beleza e saúde da mulher, disseminado pela mídia, revela a mercantilização do corpo das mulheres e para o qual há um amplo mercado de produtos desde a juventude à terceira idade, abrangendo a maternidade e os ciclos da mulher, como a menstruação, o climatério e a menopausa.

136. As mulheres do campo e da floresta sujeitas a muitos tabus e discriminações, também estão expostas a essa lógica de mercado que compõe e fortalece a realidade de violência a que estão expostas no seu cotidiano. Por outro lado, faltam iniciativas de políticas, por parte do Estado, que possam se efetivar na vida das mulheres e assegurar as condições para o livre exercício da sexualidade, autonomia e domínio sobre o corpo, bem como as condições necessárias a uma vida saudável.

Violência contra as mulheres do campo e da floresta

137. As conseqüências da cultura patriarcal na vida das mulheres se expressam em menos poder, menos participação, menos direitos, em exclusão das políticas públicas e dos espaços políticos, em diversas formas de violência, doméstica e familiar, bem como aquelas praticadas em diferentes espaços da sociedade.

138. São tantas e diversas as formas de violência contra as mulheres, que estas acabam por serem

banalizadas, ou seja, consideradas comuns e naturais às relações entre homens e mulheres. Entretanto, é sabido que todos os atos de violência intencionam de alguma forma imobilizar, capturar as capacidades de desejar e agir, comprometer a liberdade e autonomia, dominar e oprimir as mulheres.

139. Ainda que as mulheres estejam sujeitas à violência de modo geral, há violências que atingem somente as mulheres, pelo simples fato de serem mulheres. A violência contra as mulheres funciona como um “método de adestramento”, como um recurso para perpetuar os padrões de gênero, manter as relações de poder, disciplinar comportamentos, sentimentos e atitudes. Nesse contexto, é comum a muitas mulheres o sofrimento de lesões corporais, estupros, ameaças, difamações, etc., no espaço das relações afetivo-familiares, o que concorre muitas vezes, para que as mulheres não compreendam que, na realidade, estão sendo vítimas de violência.

140. A desvalorização, opressão e exploração das mulheres, que vem se perpetuando ao longo da história, tem levado o movimento feminista e de mulheres a denunciar, de forma permanente, essa situação, de modo a politizá-la numa agenda de reivindicações de direitos das mulheres. É preciso “meter a colher nessa briga”, argumentam os movimentos, em contraposição à idéia tradicional de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, por se tratar de questões de foro íntimo.

141. A ação organizada dos movimentos de mulheres, para denunciar e tornar a violência contra as mulheres uma problemática social, tem apresentado seus resultados, como demonstra o “Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) sobre igualdade de gênero 2010” realizado pelo IPEA. O referido sistema revelou que a maioria das pessoas entrevistadas, considera que a violência contra a mulher é de responsabilidade da sociedade como um todo, e que as agressões devem ser investigadas pelo Estado, ainda que a vítima ofereça resistência.

142. A Fundação Perseu Abramo, em pesquisa realizada em 2010, revelou que a cada 2 minutos, 05 mulheres são agredidas violentamente no Brasil, e que pelo menos 7,2 milhões de mulheres, com mais de 15 anos, já sofreram agressões desde 2001, sendo que, 1,3 milhões delas nos 12 meses que antecederam a pesquisa. Ou seja, a violência contra as mulheres não é episódica, mas integra a realidade contemporânea como um problema social.

143. Em relação às mulheres rurais, pesquisa realizada ao final de 2008 pela Contag, entre as participantes da 4ª Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, revelou que dentre 529 mulheres das diversas regiões do país, 55,2% sofreram algum tipo de violência doméstica e familiar. Destas, 27,6% sofreram ameaças de morte, 11,9% estupro marital e 4,3% cárcere privado. A situação mostrou-se agravada com a afirmação de quase 50% das entrevistadas, sobre a inexistência de atendimento às mulheres vítimas de violência em seus municípios.

144. A Marcha das Margaridas 2007 debateu os diversos tipos de violência doméstica e familiar – física, sexual, psicológica, patrimonial, como também a violência contra as mulheres nas instituições, nos espaços de participação política e especialmente no MSTTR. Em sua pauta enfatizou a necessidade premente, de implantação da Política Nacional de Combate a Violência Contra a Mulher, prevista no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, e pactuada com os poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, com garantia de orçamento público, bem como de espaços de participação e controle social.

145. A Marcha das Margaridas vem atuando para dar visibilidade à exposição, pelas mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, aos diversos tipos de violência, bem como à ausência de informações, de serviços de assistência e atendimento às vítimas. Como resultado das negociações de sua pauta apresentada ao o poder executivo, em 2007, foi instituído o Fórum Nacional de Enfrentamento

à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, que criou em 2008 a Campanha Mulheres Donas da Própria Vida – Viver sem Violência Direito das Mulheres do Campo e da Floresta. Outra iniciativa importante do Fórum foi o debate das diretrizes para o enfrentamento da violência contra as mulheres do campo e da floresta, inseridas na Política e no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, por meio da Portaria 085 de 10 de agosto de 2010, assinada pela Ministra de Estado Chefe da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República. Trata-se de um dispositivo legal importante e, enquanto tal, uma conquista das mulheres do campo e da floresta, que carece, ainda, de se concretizar na vida e no cotidiano das mulheres.

146. A Lei Maria da Penha, uma conquista das mulheres e de toda a sociedade brasileira, foi e é reconhecida pela Marcha das Margaridas, por sua importância para garantir instrumentos e serviços de apoio e assistência às mulheres vítimas de violência, e a punição dos agressores. A Marcha das Margaridas compreende, por outro lado, que a Lei tem os seus limites, ainda que venha ser exemplarmente aplicada. Combater a violência contra as trabalhadoras do campo e da floresta requer vigorosos investimentos para a conquista da autonomia econômica pelas mulheres, sobretudo, no que diz respeito ao apoio à organização produtiva e comercialização, que por sua vez implica em um conjunto de políticas que assegurem a documentação civil e trabalhista, o acesso à terra, ao crédito e à assistência técnica.

147. A violência contra as mulheres está profundamente enraizada na sociedade e requer, para o seu enfrentamento, mudanças na cultura, nas mentalidades e comportamentos em todos os âmbitos e poderes, especialmente no judiciário. Prova disso são as constantes resistências e dificuldades para o cumprimento da Lei Maria da Penha. Atualmente está em curso no Supremo Tribunal Federal, a Ação Direita de Inconstitucionalidade - ADI 4424, com vários questionamentos à aplicabilidade da Lei Maria da Penha, com previsão de julgamento até o próximo mês de agosto.

148. Ato de violência contra as mulheres são cometidos, ainda, nos espaços públicos, por meio das formas de assédio moral e sexual presentes nos locais de trabalho, e também, nos espaços de participação política, onde as mulheres sofrem permanente desqualificação, aliadas a outros tipos de violência.

149. A Marcha das Margaridas busca dar visibilidade e combater estas práticas, especialmente entre as trabalhadoras rurais do MSTTR, que denunciam e apresentam proposições em sua pauta debatida internamente, com o movimento sindical. A pesquisa realizada com 529 mulheres participantes da 4ª Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais revelou dados alarmantes com relação ao cotidiano sindical das trabalhadoras rurais. Dentre as entrevistadas 49,1% afirmaram conhecer casos de violência no MSTTR e 33,3% declararam ter sofrido diversos tipos de violência, como humilhação (44,1%), queimação política (28,4%) e agressão física (3,5%). Este quadro de violência contra as mulheres exige permanente vigilância, denúncia e vigorosas providências para ser superado, o que se faz essencial ao exercício da democracia e da cidadania plena.

Desafios para uma Educação Não Sexista, para o livre exercício da sexualidade e para o enfrentamento às diversas formas de Violência contra as mulheres:

- Defesa de políticas educacionais que visem combater o caráter sexista da educação, com vigorosa atuação na formação de professores e professoras, na revisão dos currículos escolares e dos livros didáticos;
- Abordagem pelas escolas da realidade do campo e da floresta e de questões da vida cotidiana como a afetividade, a sexualidade, a violência sexual, o racismo, a homofobia, de modo qualificado para possibilitar a superação dos preconceitos e discriminações;

- Inclusão na proposta curricular de temas relacionados aos sexos e às sexualidades;
- Elaboração, avaliação e distribuição de materiais didáticos específicos para educação do campo;
- Aceleração na implementação das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do campo;
- Garantia de implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com recursos orçamentários e ações que se efetivem na vida das mulheres, especialmente na vida das trabalhadoras do campo e da floresta;
- Reivindicação e articulação da participação das mulheres, inclusive negras e jovens nos espaços de debate, formulação e controle social de políticas públicas para as áreas da educação, específicas para as mulheres e de enfrentamento à violência contra as mulheres do campo e da floresta;
- Criação de um Programa Nacional voltado às jovens rurais em situação de violência e exploração sexual, que articule processos de apoio psicológico, educação escolar, capacitação profissional e geração de renda;
- Revitalização do Fórum Nacional para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, com o monitoramento ao cumprimento das diretrizes aprovadas em outubro de 2010 e dinamização de ações previstas na campanha de enfrentamento à violência;
- Defesa do pleno cumprimento da Lei Maria da Penha, da punição exemplar dos agressores e da implantação dos vários mecanismos institucionais que visam a prevenção e assistência às mulheres do campo e da cidade vítimas de violência;

GLOSSÁRIO

Discriminação: Ato ou efeito de diferenciar, de segregar. Dar tratamento pior ou injusto a uma pessoa em virtude de suas características pessoais (sexo, raça, credo religioso ou convicções políticas); intolerância; preconceito.

Educação não sexista: É a educação que promove a igualdade entre homens e mulheres, pondo fim ao sexismo no âmbito do currículo, das práticas pedagógicas, dos discursos difundidos pelos livros didáticos e das demais dimensões que se caracterizam como processos de reprodução de padrões discriminatórios entre homens e mulheres.

Gênero/Padrões de Gênero: é o conjunto de relações, atributos, papéis, crenças e atitudes que definem o que significa ser mulher ou homem na vida social. Assim, gênero significa que os padrões atribuídos aos homens e às mulheres, em nossa sociedade, são produtos da realidade cultural e social em que vivemos, e não decorrência da anatomia dos corpos e das características biológicas.

Homofobia: termo usado para se referir ao desprezo e ao ódio a mulheres e homens que assumem orientação sexual diferente da heterossexual (orientação afetivo-sexual de indivíduos que expressam atração física, sexual e afetiva por pessoas do sexo oposto, ou seja, mulheres por homens, e, vice-versa). A Homofobia é um problema social, baseado na discriminação, violência e construção de estereótipos negativos, frente a pessoas que se sentem atraídas física, emocional e afetivamente por indivíduos do mesmo sexo.

Lesbofobia: São todas as formas de opressão sofrida por mulheres lésbicas (mulher que se relaciona afetivamente e sexualmente com outra mulher) e bissexuais. A lesbofobia baseia-se em manifestações de violência, preconceito, discriminação e abuso, contra as formas de orientação, expressão e identidade sexual, que fogem aos padrões heterossexuais.

Orientação afetivo-sexual: é o nome dado à atração física, afetiva, emocional e/ou sexual que um indivíduo sente por outro, independente do sexo que esses possuem, podendo ser bissexual (quando sente atração pelos dois gêneros), heterossexual (quando sente atração pelo gênero oposto), homossexual (quando sente atração por indivíduos do mesmo gênero) e pansexual (quando sente atração por diferentes gêneros - transexuais).

Sexualidade: refere-se às elaborações e experimentações pessoais, sobre os prazeres, relações sociais e corporais dos sujeitos. Estas vivências são influenciadas não somente por aspectos sexuais, biológicos e genitais, mas também pelas relações sócio-culturais, que determinam os papéis de gênero e a reprodução de valores afetivos e morais, difundidos por grupos e instituições sociais como a família, a escola, a igreja e a comunidade.

Violência física contra a mulher: entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

Violência patrimonial contra a mulher: entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

Violência psicológica contra a mulher: entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

Violência sexual contra a mulher: entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

Violência moral contra a mulher: entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

EIXO VI - SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS

150. A Marcha das Margaridas entende que é fundamental o debate e a reflexão profunda sobre a Saúde e os Direitos Sexuais e Reprodutivos, a partir do cotidiano das mulheres do campo e da floresta, considerando sua condição de sujeito político, de trabalhadora e de mulher, que deve ter sua autonomia e liberdade respeitadas. Dessa perspectiva propõe abraçar os desafios, propor e defender políticas públicas que garantam o funcionamento do Sistema Único de Saúde com assistência integral à saúde da mulher, o que se faz imprescindível para o desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade.

Saúde

151. A história das mulheres trabalhadoras rurais pelo direito à saúde é marcada por frustrações, indignação e discriminações fundadas no gênero, idade, raça, etnia, orientação sexual e crenças religiosas. A saga para se ter acesso aos serviços básicos de saúde é longa. Em geral, não existe unidade de saúde nas comunidades rurais; a rede pública de saúde nos municípios de pequeno porte está sucateada; existe forte dependência das instituições filantrópicas, assistenciais e privadas, que de forma ilegal e imoral, cobram taxas extras às usuárias e usuários do SUS que procuram os seus serviços; os horários de atendimento nas unidades de saúde são incompatíveis para quem trabalha ou mora no campo; as vagas para atendimento diário são insuficientes gerando filas infindáveis; faltam profissionais de saúde no interior do país, sobretudo especialistas; faltam ambulâncias e medicamentos, e a lista de medicamentos disponibilizados para a população é insuficiente.

152. A situação de saúde das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta está diretamente relacionada às condições de vida e trabalho, que têm produzido riscos, adoecimentos e agravos à saúde, como a contaminação por agrotóxicos e outros agentes químicos e a exposição freqüente ao sol sem qualquer proteção. Somam-se a estas, as longas jornadas de trabalho, o trabalho pesado e repetitivo na agricultura e no ambiente doméstico, os acidentes de trabalho, o assédio moral, a violência doméstica e sexual, e a violência institucional muitas vezes praticada por profissionais de saúde, que fazem o atendimento nos centros de saúde, maternidades, hospitais e laboratórios públicos e privados.

153. Esta situação tem na sua base o modelo de desenvolvimento dominante e as relações desiguais de gênero, agravada pela baixa qualidade dos serviços de saúde, carência de equipamentos sociais básicos no meio rural, pouca informação sobre os direitos à saúde e sobre a concepção, organização e funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Concorrem, ainda para esta situação, as dificuldades relacionadas ao modelo de assistência, sub financiamento do sistema de saúde, problemas de gestão e da relação entre o SUS e o sistema privado de saúde.

154. No campo da saúde da mulher é preciso retroceder um pouco na história e resgatar o PAISM – Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher, criado em 1984, que rompeu com a concepção materno infantil, na qual a mulher era vista pelo serviço de saúde, exclusivamente, a partir da sua condição de mãe. Este novo programa para a saúde da mulher incluía ações educativas, preventivas, de diagnóstico, tratamento e recuperação, e englobava a assistência à mulher em clínica ginecológica, pré-natal, parto e puerpério, climatério, planejamento familiar, DST, câncer de colo de útero e de mama, além de outras necessidades identificadas a partir do perfil populacional das mulheres. Este programa nunca foi plenamente implantado no país, nunca esteve no centro das prioridades e funcionou em

municípios com administrações democráticas e populares sob a pressão dos movimentos de mulheres.

155. Em 2004, o Ministério da Saúde, após um diagnóstico da saúde da mulher no Brasil, propôs a PANAISM - Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher - que se insere num conjunto de estratégias e diretrizes, propostas pelo Ministério para efetivação do SUS. Em relação às mulheres do campo, da floresta e indígenas, propõe: ações de vigilância e atenção à saúde da trabalhadora da cidade e do campo, do setor formal e informal; a introdução nas políticas de saúde e nos movimentos sociais da noção de direitos das mulheres trabalhadoras relacionados à saúde; ampliação e qualificação da atenção integral à saúde da mulher indígena.

156. Em 2005 o governo federal lançou a política de direitos sexuais e reprodutivos, retomou a estratégia nacional de aquisição e distribuição dos métodos contraceptivos para os municípios. Entretanto, este direito também tem sido lesado nos municípios, e setores conservadores têm atuado no legislativo para impedir principalmente, a distribuição da contracepção de emergência e do DIU – Dispositivo Intra Uterino. Esta situação tem ocorrido principalmente nas cidades no interior do Brasil, o que constitui flagrante desrespeito, principalmente às mulheres pobres e negras, do campo e da floresta, que sofrem com a falta de acesso e de condições financeiras para obter os recursos de que necessitam nas farmácias.

157. Nesse contexto de restrições e problemas, destaca-se a luta dos trabalhadores e trabalhadoras em defesa do direito à saúde e a criação do SUS como política de Estado, que se consolida com o compromisso dos três níveis de gestão (municípios, estados e União) como uma grande conquista, que deve se consolidar no cotidiano e na vida da população do campo e da floresta.

158. Para a população rural, as políticas e programas devem se materializar no cotidiano por intermédio das ações e serviços prestados pela gestão pública, como a Estratégia de Saúde da Família e Saúde Bucal; no acompanhamento à gestante; na distribuição de medicamentos pela Farmácia Básica; na compra de medicamentos a preço de custo na Farmácia Popular; no atendimento de urgência e emergência pelo SAMU; no combate à dengue e à malária; na prevenção de gripes e da rubéola; no combate à tuberculose, hanseníase, hepatites virais, DST e Aids.

159. A luta das mulheres trabalhadoras tem sido por transformar o campo e a floresta em lugar de produção de saúde e não de doenças. Por esta razão a CONTAG, as FETAGs, os STTRs e movimentos sociais do campo estão se mobilizando em defesa da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde ao final de 2007, dependendo, ainda, da pactuação na CIP - Comissão Intergestores Tripartite, composta por gestores do Ministério da Saúde, estados e municípios. Os gestores estaduais e municipais desconhecem a importância desta política, e justificam a falta de recursos como um dos obstáculos para sua implementação.

Direitos Reprodutivos

160. Os movimentos feministas e de mulheres construíram novas interpretações sobre as sociedades e as relações sociais de modo a dar visibilidade e afirmar as mulheres como sujeitos autônomos de suas vidas e sujeitos políticos atuantes na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Nessa perspectiva, há mais de 30 anos questionaram a visão tradicional sobre a atenção a saúde da mulher centrada em programas materno infantis, nos quais a preocupação com a saúde da mulher se limitava à sua condição de mãe e de como manter o bem-estar da criança.

161. Os movimentos feministas e de mulheres atuaram para que as mulheres fossem respeitadas como cidadãs, sujeitas de direitos, como pessoas com capacidade de decisão. Com essa orientação questionaram o atendimento baseado no poder médico que, em geral, considerava as mulheres seres incapazes de entender e expressar o que se passava com elas.

162. Os direitos reprodutivos têm por base o direito fundamental de todas as mulheres de controlar seu próprio corpo, de decidir sobre ter filhos ou não, e de quando e com quem ter filhos, sem passar por coerção ou discriminação de qualquer espécie. Além disso, de poder partilhar igualmente com o parceiro, o cuidado com a família, com a vida profissional e política.

163. As jovens mulheres aparecem, no âmbito das ações e políticas de saúde, como protagonistas de problemas sociais, principalmente, referentes à gravidez na adolescência, à ausência de planejamento familiar, ao contágio de DSTs e ao uso de drogas. Estes aspectos são normalmente tratados como atos de irresponsabilidade juvenil, transferindo às jovens toda culpa por esta situação e isentando o poder público da responsabilidade de assegurar a toda população, o direito à saúde, o respeito as demandas dos diferentes sujeitos e a preservação dos princípios da autonomia das mulheres sobre o seu corpo e sua trajetória. Nesse sentido, o acesso aos serviços de saúde, incluindo saúde reprodutiva e sexual, e de informação e aconselhamento, deve estar livre de discriminação por razões de idade, orientação sexual, raça-etnia, “deficiências” físicas e mentais, religião e educação. É preciso que sejam respeitados os desejos e projetos pessoais das mulheres jovens, que por vezes tem suas escolhas desconsideradas por conta dos estigmas sociais relacionados a condição juvenil.

164. A realidade para a grande maioria das mulheres, entretanto, é outra, especialmente das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, que não tem seus direitos reprodutivos respeitados. Ainda é baixa a cobertura de anticoncepção, há fragilidades no atendimento ao pré-natal e parto, bem como alta incidência de câncer de mama e cólo de útero, e pouca prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e do HIV-AIDS.

165. Nesse contexto, as mulheres se tornam impedidas de decidir livremente sobre a maternidade, e a criminalização do aborto é um grande obstáculo à cidadania das mulheres ao violar os direitos reprodutivos, provocando situações extremamente dolorosas na vida das mulheres.

166. A criminalização das mulheres que praticaram o aborto não inibe sua prática. Estima-se que em 2005 houve 1.054.242 (um milhão cinqüenta e quatro mil, duzentos e quarenta e dois) abortos induzidos no Brasil. Porém não é preciso ir tão longe, pois a maioria das mulheres já passaram por experiências em relação ao abortamento, seja porque abortaram, seja porque convivem com mulheres que praticaram o aborto. Todas elas, irmãs, parentas, amigas ou conhecidas. Por causa da ilegalidade, muitas delas fizeram o aborto nas piores condições.

167. A criminalização do aborto tem impactos graves na saúde da mulher, especialmente entre mulheres negras, pobres, do campo e da floresta, porque não têm condições financeiras para pagar por um abortamento melhor assistido, como muitas mulheres urbanas de classe média e alta. Nessas condições, muitas mulheres acabam se submetendo a procedimentos abortivos mais danosos à saúde.

168. Nenhuma mulher simplesmente decide abortar. A decisão de realizar um aborto é precedida por muitos conflitos, avaliações e sofrimentos, e perante inúmeras razões o aborto é sempre a última alternativa. Mulheres abortam por diferentes motivos, em geral por fortes razões de ordem pessoal,

social e econômica. Dentre essas razões destacam-se a falta do método anticoncepcivo adequado ou mesmo a falha do método; o fato da mulher já ter muitos filhos e não possuir as condições para criar mais um; porque um filho naquele momento pode prejudicar sua saúde e sua vida familiar; porque o marido ou namorado obrigou a fazer o sexo mesmo sem ela querer; porque maridos, companheiros e namorados, muitas vezes proíbem suas companheiras de usarem métodos anticoncepcivos. Enfim, são inúmeras razões pelas quais as mulheres decidem pelo abortamento.

169. Em função da ilegalidade do aborto, as mulheres que recorrem ao serviço de saúde são maltratadas e humilhadas pelos profissionais de saúde. Dizem que as mulheres não passam de irresponsáveis e levianas. Além disso são mal assistidas nos serviços de saúde. Entretanto, isso é contraditório, pois os próprios serviços de saúde não garantem informação e acesso aos métodos anticoncepcivos. Mesmo aquelas que recorrem ao serviço de saúde em situação de abortamento não provocado são humilhadas e desacreditadas. Profissionais de saúde duvidam da palavra da mulher e lhe discrimina e maltrata.

170. A existência de uma lei que garanta o direito às mulheres de decidir se querem ou não interromper uma gravidez não obrigará nenhuma mulher a praticar o aborto. Na verdade é o Estado que se torna obrigado a dar assistência àquelas mulheres que decidiram pela interrupção da gravidez, devendo garantir a elas serviços adequados e sem riscos à sua saúde.

Desafios para a garantia de saúde e direitos sexuais e reprodutivos

- Defesa do SUS, contra as terceirizações, pela pactuação e implementação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, e pela ampla participação da população rural no processo de realização da 14ª Conferência Nacional de Saúde, a ser realizada em dezembro de 2011;
- Garantia de que as ações do SUS e a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta se concretizem nos municípios e comunidades rurais;
- Atendimento integral à saúde da mulher em todas as fases da sua vida e com respeito à sua idade, raça e cor, orientação sexual e de acordo com o setor social a que pertencem;
- Atendimento humanizado e sem discriminação em todas as situações, sejam as mulheres prostitutas, indígenas, adolescentes, lésbicas, idosas, rurais e assim por diante;
- Acesso a anticoncepcionais, atendimento ao pré-natal, parto e pós-parto e assistência em todas as situações que envolvem risco de doença ou morte materna, como no caso do aborto;
- Impedimento de qualquer discriminação pelo exercício de diferentes orientações sexuais, de forma que as mulheres possam exercer seus desejos sexuais e ter práticas sexuais livremente escolhidas;
- Garantia de ações educativas que abordem a anticoncepção, o conhecimento do corpo, a sexualidade, as relações sexuais, a violência sexual, a gravidez, o parto e o pós-parto, com programação especial para adolescentes e jovens;
- Acesso a consulta ginecológica, exames, atendimento psicológico, tratamento para doenças sexualmente transmissíveis e todas as outras doenças que afetam as mulheres, com atenção especial às adolescentes e jovens;
- Acesso aos exames especializados, como mamografia e ultra-sonografia, os tratamentos em ambulatório nas áreas de saúde mental, saúde ocupacional, e outros atendimentos especiais;
- Garantia de leitos e equipamentos suficientes para atender as necessidades de internação para parto, cirurgias e tratamento de doenças;

- Educação dos profissionais para uma nova forma de relação com a mulher que procura o serviço de saúde, afim de que ela seja tratada como sujeito, como cidadã plena, e entendida na sua situação social, com abordagem permanente das diferenças de gênero;
- Criação de um sistema de informação e registro que dê o quadro real sobre a saúde das mulheres;
- Realização de pesquisas com plantas medicinais e de novos métodos anticoncepcionais que não sejam nocivos à saúde da mulher;
- Garantia de ações que respondam aos problemas causados por violência sexista, doenças sexualmente transmissíveis e problemas ginecológicos em geral;
- Garantia do direito individual, da autonomia e controle do próprio corpo pela mulher, incluindo o direito de escolher se quer ou não ser mãe, considerando que uma gravidez indesejada sempre pode ocorrer, porque nenhum método anticoncepcional é infalível;
- Garantia do direito ao aborto seguro e gratuito para todas as mulheres, em todo o país. Ao governo cabe assegurar esse direito e oferecer a assistência necessária para a prática do aborto, como se faz com qualquer outra prática de assistência à saúde;
- Oferta de outros serviços de assistência à saúde, além da alopátia, como homeopatia e tratamentos com ervas medicinais e fitoterápicos;

GLOSSÁRIO

Assédio moral: é a exposição a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas. São mais comuns em relações hierárquicas autoritárias e assimétricas, em que predominam condutas negativas, relações desumanas e antiéticas. Podemos exemplificar como forma de assédio moral, as relações de trabalho, dirigidas de um, ou mais, chefes para a um, ou mais, subordinado(s).

Climatério: relaciona-se ao período de instalação da menopausa, que significa o fim da menstruação.

Direitos reprodutivos: são direitos que asseguram a autonomia nas escolhas reprodutivas, como o de decidir sobre a reprodução sem sofrer discriminação, coerção, violência ou restrição de filhos e de intervalo entre nascimentos; o direito de ter acesso à informação e aos meios para o exercício saudável e seguro da reprodução e da sexualidade; e o direito de ter controle sobre o próprio corpo.

Direitos sexuais: São direitos que asseguram aos indivíduos a liberdade e a autonomia nas escolhas sexuais, como a de exercer a orientação sexual sem sofrer discriminação ou violência.

Puerpério: período correspondente ao parto e pós-parto.

Pré-natal: corresponde ao período de gestação, ou seja, os meses que antecedem o nascimento criança.

EIXO VII - DEMOCRACIA, PODER E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

171. A Marcha das Margaridas apresenta em sua plataforma o tema da Democracia, Poder e Participação Política, a partir de um conjunto de questões que dizem respeito à participação social, sindical e política institucional, das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, essenciais para a realização da democracia e exercício pleno da cidadania.

172. A Marcha das Margaridas vem se consolidando como um amplo movimento das mulheres trabalhadoras rurais organizadas no MSTTR, em parceria com movimentos feministas e de trabalhadoras do campo e da floresta, e representa em si, uma conquista da democracia participativa no Brasil. Entretanto, já é longa a trajetória e são muitas as histórias de resistência e luta das mulheres, para conseguirem participar efetivamente dos espaços políticos, se fazerem reconhecer e representar, como também exercerem poder, seja em cargos de direção, seja na dinâmica política participativa, nos movimentos sociais e nas instituições.

173. A participação política e a igualdade de direitos são bandeiras de luta, que estão na origem dos movimentos feministas e de mulheres, e estiveram na base de manifestações que remontam o século XVIII. Na França, temos o exemplo de Olympe de Gouges, feminista, revolucionária, jornalista e escritora, defensora da democracia e dos direitos das mulheres, responsável pela “Declaração dos Direitos das Mulheres e da Cidadã”, de 1791, escrito em contraposição à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, durante a revolução francesa. Esse documento foi o primeiro na história a reclamar, abertamente, direitos iguais para as mulheres, e Olympe de Gouges acabou guilhotinada em 1793 na Praça da Revolução, em Paris.

174. O movimento feminista deflagrou-se efetivamente no século XX, e Simone de Beauvoir, também francesa, autora de “O segundo Sexo”, publicado em 1949, tornou-se grande referência para a produção teórica, e para as lutas contra as desigualdades fundadas nas diferenças entre os sexos. Sua frase “Não se nasce mulher, torna-se mulher” ficou famosa por simbolizar a determinação cultural sobre o que é ser mulher na sociedade, e as possibilidades de transformação da cultura patriarcal.

175. No Brasil, o movimento feminista tem suas origens no século XIX, com os movimentos pela igualdade política e contra a dominação masculina, sob forte influência dos movimentos feministas da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Bhertha Lutz pioneira no feminismo, ao lado de outras como Nísia Floresta, funda em 1922 a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que tinha como principal bandeira de luta, o direito das mulheres ao voto, direito este, efetivamente conquistado em 1932.

176. Na década de 60, enquanto o feminismo emergia com toda a força na Europa e nos Estados Unidos, contexto de efervescência política e cultural, de questionamento aos padrões conservadores da sociedade, o Brasil estava em plena ditadura militar, sob dura repressão e cerceamento às liberdades políticas e democráticas.

177. Em 1975 a Organização das Nações Unidas – ONU, institui o Ano Internacional da Mulher, o que serviu como estímulo e apoio às iniciativas políticas das mulheres. No Brasil, neste ano é criado o Movimento Feminino pela Anistia, que teve grande importância na luta contra a ditadura e pelas liberdades democráticas. Diferentes movimentos de mulheres se desenvolveram em bairros das grandes cidades, na luta contra a carestia, por creches e contra as desigualdades econômicas e políticas. Em 1976 o assassinato de uma mulher, em Minas Gerais, que resultou na absolvição do criminoso, justificada e

acatada pela justiça como defesa da honra, é motivo de forte indignação e marca a luta das mulheres contra a violência. Com o slogan “Quem ama não mata”, deflagram um conjunto de manifestações e criam o movimento SOS Mulher, que amplia a abordagem e as lutas para o enfrentamento à violência contra as mulheres.

178. Nos anos 80 inaugura-se uma nova fase na vida política do Brasil, os movimentos de mulheres e feminista se ampliam, tanto no âmbito acadêmico, como na militância política. O Brasil, em 1981 ratifica a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, firmada pela ONU, e em 1985 cria o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres. As mulheres têm participação destacada no processo Constituinte, e em 1988 é promulgada a nova Constituição, que tem como um dos princípios fundamentais: “promover o bem de todos sem preconceitos de origem, sexo, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

179. De fato, a década de 80, com o advento das liberdades democráticas, destaca-se na recente trajetória da democracia no Brasil, principalmente, com a emergência e afirmação de novos sujeitos políticos. Uma diversidade de movimentos sociais constituídos por mulheres, negros, indígenas, quilombolas, grupos LGBT e outros, passaram a reivindicar a condição de sujeitos políticos frente à sociedade e ao Estado. Com plataformas políticas próprias reivindicaram reconhecimento, direitos e condições para o exercício de uma cidadania ativa. Nessa construção democrática, o movimento feminista destacou-se, principalmente, com a politização de questões da vida cotidiana, até então consideradas próprias do mundo privado. Em sua agenda política denunciaram as diversas formas de opressão, preconceito e discriminação contra as mulheres, e apresentaram reivindicações específicas para o enfrentamento à violência, às desigualdades no mundo do trabalho e da política e por direitos sociais que lhes garantissem o pleno exercício da cidadania.

180. No caso das mulheres trabalhadoras rurais, nesta década deram início à sua articulação, especialmente no MSTTR. É preciso ressaltar, no entanto, que sua trajetória de resistências e lutas é de longa data e remonta o Brasil Colônia, passando por Canudos, Quilombos, Ligas Camponesas, até chegar às mobilizações e lutas dos movimentos de mulheres e feministas. Por outro lado, a participação e protagonismo das mulheres rurais, ainda não foram totalmente reveladas pela história das lutas sociais no Brasil.

181. As mulheres organizadas no MSTTR construíram articulações e organizações próprias, com uma ampla agenda política voltada para a superação das discriminações e desigualdades, pelo reconhecimento como trabalhadora rural, por direitos sociais e pleno exercício da cidadania. As trabalhadoras rurais abraçaram com toda a garra o desafio de articular sua agenda específica com as lutas gerais, a exemplo da luta pela reforma agrária, acesso das mulheres a propriedade da terra, e luta pelos direitos sociais e previdência social.

182. Na década de 90, a política de cotas é implantada no MSTTR, garantindo a participação das mulheres nos cargos de direção da Contag e esta deliberação é estendida a todas as instâncias do movimento sindical. Um amplo debate antecede esta deliberação. As mulheres assumem a necessidade de adotarem políticas afirmativas, para que sua participação seja qualificada e tenham igualdade de condições em relação aos companheiros. Essas condições são asseguradas nas deliberações de Congresso, mas requerem uma jornada de lutas intensa e cotidiana, para que se façam cumprir. Tanto, que a cada Congresso essas questões precisam ser reafirmadas.

183. Se a participação das mulheres nos espaços políticos tem sido limitada e mesmo impedida, no caso das mulheres jovens a situação é mais grave. Consideradas como seres “em formação”, como em “preparação” para a entrada no mundo adulto, as jovens do campo sofrem com a discriminação e exclusão, que tem início no seio da unidade familiar e se manifestam fortemente nos sindicatos, partidos políticos, conselhos, etc.

184. O protagonismo político das mulheres jovens é adiado para um futuro indefinido, que se apóia na noção de “vir a ser”, dimensão que marca o olhar social e cultural sobre a juventude. Desse modo as jovens mulheres são destituídas da condição de sujeitos políticos no presente, e suas opiniões, seus projetos individuais e coletivos não são valorizados. Atualmente já podemos constatar a participação das jovens trabalhadoras rurais nos espaços políticos, como resultado da luta histórica de diferentes gerações de mulheres feministas e da organização política das jovens.

185. Diante de todas as restrições à participação sindical e política das mulheres trabalhadoras rurais, que ainda persistem na nossa sociedade, pode-se considerar que foram dados passos importantes para a conquista de visibilidade, reconhecimento, participação e representação política. Para tanto, as mulheres fizeram aprovar mecanismos específicos para garantir a sua participação, principalmente nos cargos de direção, e as formas de mobilização e organização próprias, no âmbito do movimento sindical. Além da participação no movimento sindical é preciso destacar a conquista de representação nos espaços políticos institucionais, relacionados às políticas públicas. A seguir citamos algumas realizações e conquistas que as mulheres trabalhadoras do campo e da floresta têm protagonizado nos últimos anos.

- Adoção da política de cota de no mínimo 30% de mulheres nas direções e instâncias deliberativas do MSTTR – diretorias, conselhos e congressos, e de 50% em cursos de capacitação;
- Criação de Comissões/Coordenações/Secretarias de mulheres em âmbito nacional, estadual e municipal;
- Crescente mobilização e participação qualificada das mulheres nas Marchas das Margaridas e em ações de massa, como o Grito da Terra Brasil;
- Mobilização das mulheres jovens nos Festivais Nacionais da Juventude;
- Renovação da agenda sindical e incorporação de novos temas e conteúdos, às pautas de reivindicações do MSTTR, dentre eles, o enfrentamento à violência contra as mulheres, saúde, sexualidade e direitos reprodutivos, autonomia econômica e organização produtiva, acesso a terra, soberania e segurança alimentar, sucessão rural com foco na dimensão patriarcal e sexista;
- Protagonismo político das trabalhadoras rurais no PADRSS, na proposição, negociação de políticas públicas e nos espaços de concepção, gestão e controle social;
- Participação e representação política nos espaços de formulação, implementação, avaliação e controle social das políticas públicas, nos âmbitos nacional, estadual e municipal. Neste caso, destaca-se a participação em Conferências (Política para as Mulheres, Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, Segurança e Soberania Alimentar e outras) e Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais (Direitos da Mulher – CNDM, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, dentre outros);

186. Quando se focaliza a participação e representação das mulheres do campo e da floresta no sistema político institucional, a questão apresenta perfil e desafios próprios, que dizem respeito também, ao conjunto das mulheres brasileiras. A participação e representação nos partidos políticos, nas Assembleias e Câmaras Legislativas está longe de corresponder ao protagonismo social das mulheres. Ainda assim, embora não disponhamos de dados numéricos, podemos afirmar que já existem algumas mulheres nos partidos políticos, nas Câmaras Municipais e ocupando cargos nos executivos municipais, oriundas do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais e de movimentos autônomos que reúnem mulheres do campo e da floresta.

187. A questão da participação política das mulheres expressa uma grande contradição e aprofunda o desafio da construção da igualdade. Levantamento da UIP - União Interparlamentar, em 2008, sobre a participação das mulheres na Câmara Federal, revelou que o Brasil ocupava o 142º lugar, num ranking integrado por 188 países pesquisados. Nas Américas, o Brasil ficava à frente somente da Colômbia, do Haiti e de Belize. A Argentina apresentava neste levantamento 40% de mulheres na Câmara Federal; o Peru – 29,2%; o Equador – 25%; e o Paraguai 12,5%, para citar alguns.

188. Atualmente, se por um lado elegemos uma mulher do campo popular democrático à presidência da república, por outro lado, as mulheres seguem sub-representadas e sem poder no sistema político brasileiro. As mulheres brasileiras ocupam menos de 15% dos cargos no poder executivo, índice este somente comparável aos do Haiti, Ilhas Cayman, Jamaica, Porto Rico, República Dominicana e Venezuela, que são os países mais desiguais em termos de participação política no aparelho de estado, no que se refere a gênero.

189. Em relação ao Parlamento, esse quadro agrava-se com uma pequena presença de mulheres: 45 mulheres entre 513 deputados (8,7%) e 13 mulheres num Senado com 81 membros (23%). Na política regional brasileira se repete o panorama nacional e, entre os 27 governadores, há somente duas mulheres, o que equivale a 7,4%.

190. Nesse contexto, aprofunda-se a necessidade de realização de uma reforma política para o aprimoramento do sistema político, na perspectiva de torná-lo efetivamente democrático e igualitário. Para tanto, deve ser assegurada a participação política das mulheres em todos os espaços e âmbitos institucionais da sociedade brasileira: parlamento, poderes executivos e poder judiciário, conselhos, conferências de políticas públicas e movimentos sociais em suas diversas vertentes - sindical, popular, rural, urbano, acadêmico, partidário. A reforma política deve assumir caráter de ampliação da democracia e garantia de expressão da pluralidade de idéias presentes na sociedade brasileira, ao invés de inserir mecanismos restritivos e mantenedores da influência do poder econômico sobre processos eleitorais.

191. Realizar uma ampla reforma política democrática exige muito mais do que algumas mudanças no sistema partidário-eleitoral, vigente no país. O nosso sistema político, desde as emendas parlamentares ao orçamento, até a forma de definição dos dirigentes de altos cargos públicos é profundamente permeado por mecanismos clientelistas. Pensar a participação das mulheres apenas considerando os espaços de poder, tal qual existem hoje, restringe o alcance da mudança que desejamos. Trata-se de democratizar o Estado brasileiro, tarefa na qual, as mulheres têm muito a contribuir, a partir dos horizontes utópicos do feminismo e da política. E para que se faça realmente democrático, há que romper com as desigualdades e discriminações vivenciadas pelas mulheres, em particular pelas mulheres negras, indígenas, do campo e da floresta, trabalhadoras domésticas, lésbicas, com deficiência, jovens e idosas.

Desafios para a realização da Democracia, Poder e Participação Política das Mulheres do Campo e da Floresta

- Fortalecimento e ampliação da organização das mulheres do campo e da floresta, de forma permanente e contínua, nos diversos espaços e movimentos de participação política e sindical;
- Participação de forma organizada e qualificada, em todos os âmbitos – municipal, estadual, nacional - da III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres;
- Definição de estratégias de atuação no processo de definição e aprovação do orçamento da União - Plano Plurianual (PAA);
- Institucionalização das políticas para as mulheres do campo e da floresta;
- Participação no processo da reforma e democratização do sistema político brasileiro;
- Manutenção e aprimoramento da capacidade crítica e de autonomia frente ao governo, com triplo movimento: não baixar a guarda, lutar pela democracia e pelo desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, liberdade e igualdade para as mulheres, e saber defender a presidenta Dilma cada vez que ela for atacada como mulher;
- Construção de novas correlações de força para avançar na democracia política, mas também, avançar na democracia participativa;
- Garantia da cota de 30% no mínimo, e conquista da paridade de representação e exercício do poder nos diversos espaços políticos;
- Aprofundamento do diálogo entre as diferentes gerações de mulheres, em favor da ampliação e fortalecimento da participação feminina;
- Transformação das formas culturais de percepção e significação da juventude, para romper com os estigmas da inexperiência e do despreparo para a vida pública; afirmar as mulheres jovens como sujeitos políticos, de direito, inseridas na vida social, política, econômica e cultural do país, e reconhecê-las como segmento estratégico para a conquista e realização do desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade;
- Garantia e implementação de programas de formação política para as mulheres, com viés feminista, considerando as diferenças de raça e geração;
- Enfrentamento à opressão e discriminação fundadas na raça e na etnia;

GLOSSÁRIO

Controle social das políticas públicas: o controle social é entendido como um espaço de representação da sociedade, onde se articulam diferentes sujeitos com suas diferentes representações. O controle social consiste, portanto, em canais institucionais de participação na gestão governamental, com a presença de novos sujeitos coletivos nos processos decisórios, não se confundindo com os movimentos sociais que permanecem autônomos em relação ao Estado. A participação/controle social não pode ser entendida como uma extensão burocrática e executiva, mas como um processo contínuo de democratização no âmbito local, o que implica o estabelecimento de uma nova sociabilidade política e um novo espaço de cidadania e, nesse sentido, o sujeito/cidadão deve ser o centro do processo de avaliação das políticas públicas.

Cotas/Política de cotas: a cota é parte de uma política global, de médio e longo prazo, que busca alterar as condições gerais de participação política das mulheres, incidindo sobre o conjunto dos mecanismos que levam à exclusão feminina. É uma das estratégias destinadas a promover a igualdade de oportunidade, estabelecendo porcentagem mínima de participação, na intenção de compensar ou corrigir as discriminações contra as mulheres e outros grupos sociais excluídos.

Democracia/Democracia participativa: é uma forma de governo, baseada na soberania popular, ou seja, no poder de cada cidadão e cidadã participar e decidir sobre a vida política da sua comunidade, município, estado, país e grupo social. É muito comum relacionar democracia ao direito de votar e ser votado, como se a eleição dos representantes do executivo e legislativo, fosse a única expressão da democracia. Porém, a vivência democrática vai muito além dos processos eleitorais, e implica em participação e decisão popular sobre diferentes temas. Nesse sentido, o conceito “democracia participativa” significa a valorização e institucionalização da participação dos cidadãos e das cidadãs, na esfera política, por meio, de múltiplos espaços participativos, como fóruns, conselhos, conferências, comitês, manifestações sociais, etc.

ANEXO 01

PLANILHA DE REGISTRO

FETAG:

Atividades realizadas para debater o caderno de textos _____

Organizações e movimentos que participaram dos debates _____

Número de participantes que estiveram nas atividades _____

Pontos centrais da reflexão feita pelas mulheres sobre o tema:
Propostas para o Movimento Sindical e Movimento de Mulheres: <ul style="list-style-type: none">- municipal- estadual- nacional
Propostas de Políticas Públicas: <ul style="list-style-type: none">- municipal- estadual- nacional
Sugestões e comentários:

MARCHA DAS MARGARIDAS 2001

Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Liberdade e Igualdade

Caderno de Textos para estudos e debates

Coordenação Geral: Carmen Helena Foro – Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Organizações Parceiras:

MMTRNE - Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste • MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu • CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas • MAMA - Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia • MMM - Marcha Mundial das Mulheres • AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras • UBM – União Brasileira de Mulheres • CUT - Central Única dos Trabalhadores • CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil • Rede Lac- Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe • Coprofam- Confederação de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul Ampliado.

Contribuições aos textos:

Organizações parceiras - CF8 - Maria da Conceição Dantas de Moura; CNS - Célia Regina das Neves Favacho; CTB - Marilene dos Santos Betrós; CUT - Catharina Alves Silveira; Maria Luiza da Costa e Rosane da Silva; SOF –Nalu Faria e Sônia Orellana; SOS Corpo – Silvia Camurça e Silvia Dantas; UBM – Elza Campos.

CONTAG – Secretária de Meio Ambiente - Eliziário Noé Boeira Toledo; Secretária de Política Agrária –Cléia Anice da Mota Porto; Secretária de Política Agrícola - Moacir Chaves Borges; Secretária de Políticas Sociais - Eliene Novaes Rocha e Maria do Socorro Souza.

Sub-seção do Dieese na Contag – Júnior César Dias

Organização, elaboração e revisão final: Secretária de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – Éryka Galindo; Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sara Deolinda Pimenta.

Projeto Gráfico/Diagramação: Secretária de Administração e Finanças/SETEC - Fernando José de Sousa



CONTAG



FETAGs



STTRs